

Acolher Jovens Refugiados: Práticas e Experiências do Acolhimento Familiar em Portugal

Natália Azevedo de Almeida

M

2023



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**ACOLHER JOVENS REFUGIADOS: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DO
ACOLHIMENTO FAMILIAR EM PORTUGAL**

Natália Azevedo de Almeida

Outubro 2023

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Margarida Rangel Henriques*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à toda a equipa do *Webs Of Meaning* por todo acolhimento, suporte e incentivo, em especial à Professora Doutora Margarida Rangel pela confiança inesgotável no meu trabalho e pelo apoio ao longo destes dois anos de mestrado.

Aos meus pais, a quem eu devo tudo. Por sempre me apoiarem e acreditarem em mim. Por terem me ensinado tudo o que eu sei e por me terem feito quem eu sou.

À toda a minha grande e amada família, por se fazer presente mesmo a um oceano de distância. Pai, mãe, irmã, irmãos, cunhado, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, sem vocês na minha vida eu não conseguiria ter chegado até aqui. Isso tudo é para vocês!

À Andreia e à Daniela pelos sorrisos e abraços de apoio nos corredores da faculdade e pelas incontáveis ajudas.

À minha amiga e parceira de vida Amanda, presente que a faculdade me deu. Caminhar ao seu lado nesses cinco anos fez com que tudo fosse possível. Obrigada pelas trocas, apoio mútuo, suporte e por sempre acreditar em mim.

À minha Base no Porto, Nathalia, Camila, Amanda, e Lucas. A amizade, o carinho, o amor e a companhia de vocês me ajudaram a chegar até aqui. Agradeço a cada um pelas nossas histórias, memórias, lágrimas e sorrisos. Tenho vocês sempre e para sempre comigo.

Às minhas queridas Luísa e Isabela, pelo carinho, cuidado, gentileza e amizade neste último ano. Em tão pouco tempo vocês já são tanto para mim. Obrigada por tornarem a minha vida mais feliz!

Às minhas amigas de infância que sempre estiveram aqui para mim mesmo que de longe, e que me inspiram diariamente com as suas jornadas e conquistas. Obrigada Bruna, Laura, Maria Luiza, Júlia e Julia M.

À Lúcia Montoro, com quem eu tenho o prazer de dividir ideais, valores, angústias e sonhos profissionais.

E a todos os participantes que aceitaram contribuir com este estudo e o tornaram possível.

Resumo

Estima-se que metade da população atual de refugiados seja composta por menores de idade, e, aqueles que se encontram desacompanhados, são o grupo que apresenta maior risco e vulnerabilidade neste contexto. As diretrizes das Nações Unidas enfatizam o acolhimento familiar como a forma mais apropriada de recebê-los em um novo país. No entanto, o contexto de guerra e as questões culturais tornam o acolhimento familiar de menores desacompanhados mais complexo, exigindo a compreensão das suas particularidades. O presente estudo exploratório tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno através da experiência de uma família que acolheu menores refugiados da Ucrânia que chegaram a Portugal desacompanhados, e das profissionais por eles responsáveis. Foram entrevistadas oito profissionais e a família de acolhimento, utilizando entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciaram como as famílias e jovens foram capazes de integrar aspetos da cultura um do outro, promovendo a adaptação ao acolhimento. Os principais desafios para as famílias incluíram lidar com comportamentos desafiadores dos jovens e a dificuldade de gerir as regras entre os filhos biológicos e os jovens acolhidos. As profissionais enfatizaram que o acompanhamento foi próximo e regular, respeitando a autonomia das famílias. A equipa enfrentou desafios de tempo e preparação para lidar com as especificidades da situação, o que pode ter influenciado negativamente alguns aspetos do processo. A comunicação regular com a família de origem e a origem europeia dos jovens foram fatores facilitadores. Este estudo pioneiro em Portugal com jovens ucranianos contribui para o aprimoramento contínuo das práticas profissionais, visando proporcionar os melhores cuidados às crianças e jovens refugiados.

Palavras chave: Acolhimento familiar, menores refugiados desacompanhados, perspectiva de profissionais, perspectiva da família de acolhimento.

Abstract

It is estimated that half of the current refugee population is made up of minors, and those who are unaccompanied are the group most at risk and vulnerable in this context. United Nations guidelines emphasize family reception as the most appropriate way to welcome them to a new country. However, the context of war and cultural issues make family reception of unaccompanied minors more complex, requiring an understanding of their particularities. The aim of this exploratory study is to gain a deeper understanding of the phenomenon through the experience of a family that took in refugee minors from Ukraine who arrived in Portugal unaccompanied, and the professionals who accompanied them. Eight professionals and the host family were interviewed using semi-structured interviews. The results showed how the families and young people were able to integrate aspects of each other's culture, promoting adaptation to foster care. The main challenges for the families included dealing with challenging behavior from the young people and the difficulty of managing the rules between the biological children and the fostered young people. The professionals emphasized that the follow-up was close and regular, respecting the families' autonomy. The team faced challenges in terms of time and preparation to deal with the specifics of the situation, which may have negatively influenced some aspects of the process. Regular communication with the family of origin and the young people's European background were facilitating factors. This pioneering study in Portugal with young Ukrainians contributes to the continuous improvement of professional practices, with the aim of providing the best care for refugee children and young people.

Keywords: Foster families, unaccompanied refugee minors

Résumé

On estime que la moitié de la population réfugiée actuelle est composée de mineurs, un groupe qui est le plus à risque et le plus vulnérable dans ce contexte. Les lignes directrices des Nations unies soulignent que l'accueil familial est la manière la plus appropriée de les accueillir dans un nouveau pays. Cependant, le contexte de guerre et les questions culturelles rendent l'accueil familial des mineurs non accompagnés plus complexe, nécessitant une compréhension de leurs particularités. L'objectif de cette étude exploratoire est d'approfondir notre connaissance du phénomène à travers l'expérience d'une famille qui a accueilli des mineurs réfugiés ukrainiens arrivés au Portugal non accompagnés, et des professionnels qui les ont accompagnés. Huit professionnels et la famille d'accueil ont été interrogés au moyen d'entrevues semi-structurées. Les résultats montrent que les familles et les jeunes ont pu intégrer des aspects de la culture de l'autre, ce qui a favorisé l'adaptation au placement en famille d'accueil. Les principales difficultés rencontrées par les familles ont été la gestion des comportements difficiles des jeunes et la difficulté de gérer les règles entre les enfants biologiques et les jeunes placés. Les professionnels ont souligné que le suivi était étroit et régulier et qu'il respectait l'autonomie des familles. L'équipe a dû faire face à des défis en termes de temps et de préparation pour faire face aux spécificités de la situation, ce qui a pu influencer négativement certains aspects du processus. La communication régulière avec la famille d'origine et l'origine européenne des jeunes ont été des facteurs facilitants. Cette étude pionnière menée au Portugal auprès de jeunes Ukrainiens contribue à l'amélioration continue des pratiques professionnelles, dans le but de fournir les meilleurs soins aux enfants et aux jeunes réfugiés.

Mots-clés: Placement familial, mineurs réfugiés non accompagnés, perspective des professionnels, perspective de la famille d'accueil.

Índice

Introdução.....	1
1. Crise dos refugiados, estatuto de menor refugiado desacompanhado e modalidades de acolhimento	1
2. Diferentes percursos dos jovens desacompanhados que chegam à Portugal e implicações das diferenças culturais	4
3. Respostas específicas para necessidades específicas	5
Método.....	7
1. Participantes.....	7
2. Instrumentos de recolha de dados	8
3. Procedimentos	10
3.1. Procedimento de recolha de dados	10
3.2. Procedimento de análise de dados	11
Resultados	12
1. Síntese narrativa da experiência das coordenadoras das equipas	12
2. Síntese narrativa da experiência da família de acolhimento	20
3. Análise temática das entrevistas das profissionais	24
3.1. Adaptação das famílias e jovens ao processo do acolhimento	25
3.2. Dificuldades na experiência do acolhimento para as famílias e para os jovens	28
3.3. Experiência das profissionais	31
3.4. Fatores facilitadores do sucesso do acolhimento.....	35
Discussão	40
Conclusão	51
1. Principais resultados e implicações para a prática	51
2. Limitações e investigações futuras	52

Referências	54
Anexos	61
Anexo A - Guião de entrevista semiestruturada para as coordenadoras	61
Anexo B – Guião de entrevista semiestruturada para as famílias de acolhimento	66
Anexo C – Guião de entrevista semiestruturada para as profissionais	70
Anexo D – Questionário sobre o trabalho das profissionais e coordenadoras	76
Anexo E – Questionário de caracterização das famílias de acolhimento	78
Anexo F – Consentimento informado destinado às coordenadoras	81
Anexo G – Consentimento informado destinado às profissionais.....	83
Anexo H – Consentimento informado destinado às famílias de acolhimento.....	85

Índice de Figuras

Figura 1. Árvore de resultados relativos ao tema Adaptação das famílias e jovens ao processo do acolhimento	25
Figura 2. Árvore de resultados relativos ao tema Dificuldades na experiência do acolhimento para as famílias e para os jovens	28
Figura 3. Árvore de resultados relativos ao tema Experiência das profissionais	32
Figura 4. Árvore de resultados relativos ao tema Fatores facilitadores do sucesso do acolhimento	35
Figura 5. Equação da situação dos jovens desacompanhados, refugiados de um contexto de guerra, base de desafios sobressalientes no seu acolhimento.....	49
Figura 6. Pilares para um acolhimento familiar de jovens refugiados desacompanhados bem-sucedido	50

Introdução

1. Crise dos refugiados, estatuto de menor refugiado desacompanhado e modalidades de acolhimento

As estatísticas referentes ao número de refugiados tornam-se progressivamente mais alarmantes: o último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou que no final de 2022, 108.4 milhões de pessoas foram forçadas a deslocar-se por motivos de guerra, perseguições políticas, conflitos armados e violações dos direitos humanos, sendo que 52% desta população era originária de apenas 3 países: Síria, Ucrânia e Afeganistão. Deste número, 35.3 milhões estavam sob o Estatuto dos Refugiados que, segundo a Convenção das Nações Unidas (1951), refere-se à:

“pessoa que receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar” (p. 2).

Além disso, estima-se que metade da população atual de refugiados seja composta por menores de 18 anos (ACNUR, 2022).

No contexto europeu, enquanto a Alemanha é o país que mais recebe refugiados, Portugal ocupa a vigésima primeira posição (Oliveira, 2020). No entanto, com a emergência dos novos conflitos armados ao redor do mundo, esta é uma realidade que só tende a crescer. Em fevereiro de 2022, a guerra entre Rússia e Ucrânia chamou a atenção de todos para as consequências chocantes dos conflitos bélicos: os dados mais recentes das Nações Unidas estimam que, após mais de um ano do início do embate, 6.2 milhões de pessoas fugiram do país. As estatísticas do mais atual relatório do SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, 2022) apontam que Portugal concedeu 44.519 títulos de proteção temporária a ucranianos. Além disso, em 2022, foi registada a chegada de 15 menores refugiados desacompanhados que, segundo o Comitê para os Direitos da Criança das Nações Unidas (2005), corresponde ao estatuto de

“crianças que foram separadas de ambos os pais e outros parentes e não estão a ser cuidadas por um adulto que, por lei ou costume, é responsável por fazê-lo.” (p. 5).

Quando uma criança que chega em um país é identificada como estando desacompanhada, ela é automaticamente considerada como um menor em risco, uma vez que não há um responsável pelo seu cuidado e bem-estar (Estoura & Roberto, 2019). De facto, a literatura caracteriza este grupo como o sendo o mais vulnerável no contexto dos refugiados, apresentando um alto risco para desenvolver uma série de problemas psicológicos tais como perturbação do stress pós-traumático, depressão e ansiedade, além de estarem mais suscetíveis a problemas sociais, destacando-se a estigmatização, a discriminação e a exclusão (Crawley, 2009; Derluyn & Broekaert, 2007; Van Holen et al, 2020). Segundo Marta (2021), esta vulnerabilidade acrescida também é justificada pela sobreposição de dois estatutos por si só vulneráveis que as pessoas deste grupo carregam: o estatuto de criança e o de refugiado. Além disso, quando estes aspetos somam-se ao facto de estarem desacompanhadas, os riscos físicos, sociais e psicológicos aumentam consideravelmente, fazendo com que seja fundamental que as políticas migratórias dos países que recebem estes jovens possuam os recursos necessários para lidar com esta população da forma mais adequada possível.

No contexto da realidade portuguesa, os jovens identificados com o estatuto de menores refugiados desacompanhados são encaminhados para o Ministério Público, a fim de que seja assegurada a sua representação legal nos processos burocráticos de pedido de asilo. Neste cenário, ocorrem dois processos simultâneos: o procedimento de asilo junto ao SEF, conforme ao Ato de Asilo (Lei 27/2008, de 30 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei 26/2014, de 5 de maio), e o procedimento realizado pelo Tribunal da Família e da Criança, de acordo com a Lei de Promoção e Proteção da Criança e Jovem em Risco (Lei 147/99, 1 de setembro).

Em relação ao processo de Promoção e Proteção, há três medidas principais que poderão ser implementadas de modo a garantir a segurança e o bem-estar destes jovens: o acolhimento residencial, o acolhimento familiar ou a preparação para autonomia de vida. As modalidades mais presentes no contexto português são o acolhimento residencial que acontece principalmente na Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR), a qual funciona sob a gestão do Conselho Português para Refugiados (CPR), e a preparação para a autonomia de vida, medida na qual os jovens recebem suporte legal, social e psicológico especializado até o alcance da chamada autonomia de vida, estatuto no qual já atingiram a maioridade, passando a

receber apoio também de outras instâncias do Instituto de Segurança Social (ISS) (Roberto & Moleiro, 2021).

Contudo, de acordo com as diretrizes do ACNUR (2008), para garantir o superior interesse da criança, os jovens deste grupo devem ser preferencialmente alocados no acolhimento familiar, medida em que são designados a um contexto familiar temporário que tenha os recursos necessários para atender às suas necessidades específicas, permitir a sua recuperação física e psicológica e para promover o seu desenvolvimento pleno (Delgado, 2010). Esta preferência pelo acolhimento familiar em detrimento das outras modalidades é sustentada por um forte consenso na literatura. Uma revisão sistemática sobre menores refugiados desacompanhados (Van Holen et al., 2020) apontou que todos os estudos que relacionavam a modalidade de acolhimento com o funcionamento psicossocial dos menores haviam encontrado melhores níveis de saúde mental naqueles alocados em famílias de acolhimento. Estes jovens apresentavam, por exemplo, menos sintomas de Perturbação de Stress Pós-traumático quando comparados com os menores que viviam em casas de acolhimento ou em ambientes de autonomia (Bronstein et al., 2012 cited in Van Holen et al., 2020). Além disso, a proximidade afetiva com os cuidadores e as circunstâncias materiais das famílias contribuíam para a melhor adaptação psicossocial destes jovens nas suas novas comunidades. Em contrapartida, os jovens encaminhados para grandes centros de acolhimento residencial reportavam mais stress, solidão, tristeza e sentimentos de exclusão da sociedade.

De facto a implementação do acolhimento familiar em Portugal ainda é um desafio não apenas para os menores refugiados mas também para as próprias crianças e jovens portugueses que se encontram no sistema regular: em 2022, apenas 3,6% num universo de 6.347 crianças se encontravam acolhidas num ambiente familiar (ISS, 2022), o que evidencia que a cultura de institucionalização ainda é hegemónica no país. É fundamental a reflexão do porquê estes números são tão inferiores mesmo quando esta é a medida mais adequada para dar respostas às necessidades deste grupo em risco. Delgado et al. (2015) destacam desafios na desinstitucionalização em Portugal, incluindo a falta de campanhas regulares para seleção de famílias e a escassez de recursos no sistema. É possível considerar, assim, que aspetos como este tornam-se ainda mais complexos no contexto dos refugiados, uma vez que acrescentam-se as questões culturais e migratórias.

2. Diferentes percursos dos jovens desacompanhados que chegam à Portugal e implicações das diferenças culturais

Debruçando-se sobre o contexto português, o estudo de Roberto e Moleiro (2021), permite compreender a realidade e o percurso de alguns destes jovens que chegaram a Portugal desacompanhados. Quanto a dados sociodemográficos, dos 67 jovens entrevistados, 56 eram do sexo masculino e 11 do sexo feminino, 52 encontravam-se em Autonomia de Vida, e 15 estavam na Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR). A maior parte dos jovens era proveniente da Guiné Conacri (28.4%), Mali (13.4%), Serra Leoa e Congo (11.9%), e, em relação à religião, 67.2% eram mulçumanos. Referente ao motivo de saída do país de origem destacavam-se o sentimento de insegurança pessoal, conflitos étnicos e armados, e perseguição política. Em relação ao percurso até chegar em Portugal, todos os jovens referiram a presença de contrabandistas, situações de violência ou travessias perigosas.

Recentemente, com a previsão da chegada de jovens ucranianos refugiados, Portugal implementou, pela primeira vez, o acolhimento familiar como modalidade de cuidado a estes menores. Assim, em 2022, foi concretizado um plano excecional de acolhimento familiar de menores refugiados desacompanhados ucranianos, que resultou da parceria entre o Instituto de Segurança Social e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (Correio da Manhã, 2022). Importa salientar que, neste contexto, cerca de três mil famílias portuguesas manifestaram-se interessadas em acolher as crianças e jovens que chegassem da Ucrânia. Contudo, o número de crianças e jovens acolhidos temporariamente no país foi muito menor do que o esperado: um total de seis jovens foram acolhidos por três famílias portuguesas.

Este foi um fenómeno sem precedentes em Portugal, e há alguns fatores que podem explicar tamanha solidariedade e mobilização social das famílias para acolherem estes jovens. Iberi e Saddam (2022), conduziram um estudo no qual compararam a forma como a mídia transmite informações sobre a crise dos refugiados africanos e ucranianos. Os resultados mostram que a imagem dos refugiados africanos é constantemente associada à ameaça da segurança pública, à invasão e à ilegalidade. Por outro lado, a veiculação de informações acerca dos refugiados ucranianos era frequentemente acompanhada de frases como “são cristãos, são loiros, tem olhos azuis... parecem-se com qualquer família europeia que vive ao seu lado”, além

de caracterizarem esta população como “pessoas como nós, educadas, civilizadas, inteligentes e culturalmente próximas”. Os autores argumentam que as diferentes imagens transmitidas pela mídia tem impacto na atitude da população, aspeto que pode explicar o facto de ter existido tanta abertura e solidariedade por parte da sociedade portuguesa perante os refugiados ucranianos.

3. Respostas específicas para necessidades específicas

A literatura aponta que são inúmeras as especificidades associadas a este contexto. Os fatores culturais e migratórios tais como a elevada exposição a eventos traumáticos e contextos de guerra, incertezas em relação ao pedido de asilo, risco de tráfico humano e barreiras culturais e linguísticas (Crea et al., 2018), aparecem de forma transversal a todas as fases do processo de acolhimento, o que requer dos profissionais e de todas as instâncias envolvidas, práticas específicas que possam responder da maneira mais adequadas as necessidades desta população.

Uma vez que as questões culturais são um aspeto central neste domínio, a revisão de literatura demonstra que um dos focos da investigação tem sido o *matching* cultural entre famílias de acolhimento e jovens refugiados. No entanto, não há um consenso: enquanto alguns estudos destacam que ser acolhido por famílias com etnias/culturas iguais ou semelhantes é um fator que pode promover melhores níveis de saúde mental e um aumento do sentido de pertença (Fazel et al., 2012; O’Higgins et al., 2018), outros não encontraram fundamentos de que este *matching* desempenhe um papel positivo na adaptação dos jovens, justificando que famílias com *background* cultural distinto também são capazes de promover um senso de continuidade e pertencimento (Ni Raghallaigh, & Sirriyeh, 2015; Trenson et al., 2023).

Por outro lado, tem sido cada vez mais evidenciado pela literatura que os jovens atribuem mais importância à personalidade dos elementos da família e à relação estabelecida com eles, do que à sua cultura em si (Chase et al., 2008; Ni Raghallaigh, 2013; Wade et al., 2012). Nesse sentido, o que faz a diferença na qualidade e no sucesso do acolhimento familiar não é o facto de a família e os jovens partilharem os mesmos hábitos ou costumes, mas sim a abertura, o respeito e a sensibilidade de ambos para as culturas uns dos outros (Chase et al., 2008; Van Holen et al., 2019). Um exemplo de prática específica muito destacada por diversos autores neste âmbito refere-se à disponibilidade da família para envolvê-los nas escolhas alimentares,

levá-los às compras, e integrar os seus hábitos alimentares na rotina (Ni Raghallaigh & Sirriyeh, 2015; Sirriyeh, 2013).

Um outro aspeto familiar relevante para além da cultura prende-se com a gestão de expectativas: Bates et al. (2005) indicaram que famílias com expectativas realistas, abertas a novas ideias e com pensamentos flexíveis tinham mais chance de sucesso no acolhimento que aquelas com regras rígidas e idealizações acerca dos jovens. Lee et al. (2010) indicaram que a frustração das famílias com expectativas irreais comprometia a qualidade do acolhimento, e estava muitas vezes relacionada ao comportamento desafiante dos jovens e ao processo lento de integração cultural de alguns hábitos relacionados ao vestuário e à higiene, por exemplo.

Além dos aspetos associados às famílias de acolhimento, a literatura também destaca fatores contextuais importantes na promoção do bem-estar dos acolhidos. Luster et al. (2010) salientam que ter uma ampla e diversificada rede de apoio emocional, social e material é fundamental para garantir um bom contexto desenvolvimental para os jovens. Além disso, destaca-se o acesso à saúde, à educação e o apoio de entidades, governamentais ou não, no processo de integração dos adolescentes na sociedade e na garantia dos seus direitos. Por fim, um outro elemento imprescindível que garante o êxito do acolhimento prende-se às práticas profissionais das equipas que acompanham os processos. Neste sentido, destaca-se a importância de um trabalho multidisciplinar e colaborativo entre os diferentes intervenientes, bem como a participação em formações profissionais que contemplem a sensibilidade cultural, questões migratórias e aspetos relacionados ao trauma (Van Holen et al., 2020).

Com base neste panorama geral, considerou-se extremamente pertinente conhecer como foi realizada esta primeira experiência de acolhimento familiar de jovens refugiados desacompanhados em Portugal. Assim, o presente estudo definiu os seguintes objetivos: (1) Compreender como foi o processo de acolhimento familiar dos jovens refugiados ucranianos que chegaram em Portugal desacompanhados, a partir das perspetivas das profissionais envolvidas no processo e das famílias que acolheram os jovens; (2) Identificar os principais desafios enfrentados pelas profissionais e famílias; (3) Analisar quais foram os principais fatores que facilitaram o sucesso do acolhimento; (4) Compreender como foi a adaptação dos jovens e das famílias ao contexto do acolhimento e qual o impacto das diferenças culturais neste processo; (5) Refletir sobre a influência da nacionalidade dos jovens refugiados na abertura ao seu acolhimento.

Método

Com vista à obtenção de um conhecimento aprofundado sobre as experiências de acolhimento familiar de jovens ucranianos em Portugal, desenvolveu-se um estudo exploratório com uma metodologia qualitativa, através da realização de entrevistas a diversas pessoas envolvidas nos respetivos processos de acolhimento.

1. Participantes

A compreensão de um fenómeno centrada nas experiências subjetivas dos indivíduos, não requer a caracterização de um extenso conjunto de dados, mas sim a escolha de participantes cujas vivências se destacam como relevantes para o estudo em questão, possibilitando a ampliação e a variedade de saberes no domínio (Guerra, 2006).

Considerando que à data de 2022 e segundo nos foi dado saber, foram 6 crianças/jovens ucranianas em acolhimento familiar, distribuídas por três famílias fora de Lisboa e com a coordenação da SCML. Os participantes identificados para o presente estudo, focaram-se, então, neste grupo de situações. É ainda de referir que as crianças já tinham regressado ao país de origem para casa das suas famílias, aquando do início deste estudo, inviabilizando o acesso às mesmas. Foram então eleitas como participantes para o estudos, as Diretoras responsáveis pela coordenação destes processos, as profissionais que os acompanharam e as famílias de acolhimento envolvidas.

Assim, participaram neste estudo a Diretora do Núcleo de Acolhimento Familiar da SCML (48 anos) e a Diretora do Núcleo de Infância e Juventude (NIJ) (50 anos), as 6 profissionais que acompanharam as três famílias, cujas idades estão compreendidas entre 39 e 55 anos ($M = 44.85$, $DP = 5.76$). Esta equipa era constituída por 3 psicólogas e 3 assistentes sociais que se organizam em pares. Após autorização e contacto prévio por parte das profissionais, foram estabelecidos contactos com as três famílias, sendo que duas delas foram adiando sucessivamente a marcação da entrevista, até deixarem de responder. Participaram o casal de uma das famílias de acolhimento que acolheu dois jovens irmãos ucranianos, uma

rapariga de 15 anos e um rapaz de 12. A mãe desta família tinha 57 anos e era professora, enquanto o pai tinha 61 anos e era reformado.

2. Instrumentos de recolha de dados

No contexto dos métodos qualitativos, foi escolhida a entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados, visto que esta ferramenta permite conhecer e compreender as experiências e significados subjetivos (Patton, 2002), neste caso relativos ao fenómeno do acolhimento familiar dos jovens ucranianos em Portugal. Todos os guiões de entrevista foram elaborados para o efeito, de modo a que os temas explorados nas entrevistas correspondessem aos objetivos específicos definidos para este estudo, integrando também os aspetos que emergiram na literatura como centrais neste domínio.

Tratando-se de uma entrevista semiestruturada, na qual a espontaneidade e o carácter dinâmico do discurso são valorizados, todos os guiões foram construídos de modo a permitir que os participantes falassem o mais livremente possível sobre a sua experiência, a partir de questões abertas; caso não abordassem algum dos tópicos previstos, a investigadora realizava questões mais específicas.

Antes de serem implementados, foi realizada a pilotagem de todos os guiões com colegas investigadores, permitindo a alteração de algumas questões com base no feedback obtido.

2.1 Guião de entrevista semiestruturada sobre o acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados - Versão para coordenadoras das equipas de profissionais (Anexo A).

Este instrumento visa obter informação acerca das diretrizes técnicas que conduziram acolhimento dos jovens ucranianos que chegaram a Portugal. As vinte e nove questões estão divididas nos seguintes temas: (1) procedimentos para preparação de famílias de acolhimento (avaliação dos candidatos, seleção e formação das famílias, *matching*), e da equipa profissional para estes processos; (2) descrição global de como decorreram as experiências de acolhimento familiar das crianças/jovens ucranianos em Portugal; (3) experiência pessoal, reflexão e balanço enquanto profissional das experiências de acolhimento familiar das crianças/jovens ucranianos,

e (4) reflexão acerca da influência de diferentes nacionalidades e dos fatores culturais no acolhimento familiar de refugiados menores desacompanhados.

2.2 Guião de entrevista semiestruturada sobre o acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados - Versão para as famílias de acolhimento (Anexo B).

Este instrumento visa compreender como foi a experiência de ter sido família de acolhimento de jovens ucranianos, agrupando-se as trinta e nove questões em 5 grupos temáticos: (1) o momento pré-acolhimento; (2) experiência durante o acolhimento; (3) reflexões sobre as experiências dos jovens e a sua integração na família e na comunidade; (4) reflexão sobre as barreiras e facilitadores para o sucesso do acolhimento e (5) disponibilidade para continuarem a ser família de acolhimento e reflexão acerca das diferentes nacionalidades.

2.3 Guião de entrevista semiestruturada sobre o acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados - Versão para as profissionais (Anexo C).

Este instrumento tem como objetivo conhecer como foi realizado o acompanhamento profissional às famílias e aos jovens ao longo do processo de acolhimento. O guião foi elaborado em torno de 6 grupos temáticos (com um total de trinta e seis questões): (1) descrição do acolhimento familiar que acompanhou; (2) reflexão sobre a experiência pessoal e percepções acerca da experiência dos outros intervenientes no processo de acolhimento; (3) balanço da experiência, aspetos a manter e a mudar e sugestões para uma próxima situação; (4) reflexão acerca das diferenças culturais, barreiras e facilitadores para o sucesso do acolhimento e (5) reflexão acerca da influência de diferentes nacionalidades e dos fatores culturais no acolhimento familiar de menores refugiados desacompanhados.

2.4 Questionário sobre o trabalho das profissionais e coordenadoras (Anexo D).

Este instrumento é constituído por 10 itens relativos a dados sociodemográficos e do percurso profissional.

2.5 Questionário de caracterização pessoal e familiar para famílias de acolhimento (Anexo E).

Este instrumento é composto por 17 itens e se encontra dividido em 3 secções. A primeira destinada aos dados sociodemográficos, a segunda acerca da composição da família e experiências prévias de adoção ou acolhimento, e a terceira visa avaliar o grau de satisfação da família em relação à equipa de profissionais que os acompanhou, aos jovens que acolheu, à duração do acolhimento e, por fim, em relação ao processo de forma geral. Esta avaliação foi pedida com base numa escala *Likert* de 1 a 5 em que o 1 corresponde a totalmente insatisfeito e o 5 a totalmente satisfeito.

3. Procedimentos

3.1 Procedimento de recolha de dados

No contexto das colaborações existentes entre a FPCEUP (na pessoa da orientadora deste projeto) e a SCML, foi apresentado um pedido de autorização para a realização deste estudo à SCML, o qual recebeu consentimento. Após uma reunião com as diretoras de ambas as equipas (NIJ e Acolhimento Familiar), as entrevistas com as profissionais e diretoras foram marcadas com base nas suas disponibilidades. As entrevistas foram realizadas *online* na plataforma *GoogleMeet*, e ocorreram entre os meses de março e maio de 2023. Cada entrevista foi precedida pela leitura e preenchimento do consentimento informado (Anexos F e G), onde foram assegurados o anonimato e a confidencialidade dos dados, bem como, o preenchimento do *Questionário de dados pessoais*. Em média, as entrevistas duraram 1h e 10 min ($DP= 0.46$), variando entre 44 min e 2h17 min. Todas as entrevistas foram áudio-gravadas e realizadas pela autora deste estudo.

Relativamente à família de acolhimento, o primeiro pedido de colaboração foi feito por e-mail pelas técnicas que os acompanharam ao longo do processo de acolhimento. Após uma das famílias se ter mostrado disponível para participar, a investigadora entrou em contacto e procedeu ao agendamento da entrevista, a qual foi realizada pela plataforma *GoogleMeet*, em março de 2023. Com o intuito de assegurar a proteção de dados, a família preencheu o consentimento informado antes da entrevista (Anexo H), bem como, o *Questionário de caracterização pessoal e familiar*. Esta entrevista foi realizada conjuntamente com os dois elementos do casal e teve a duração de 51 minutos.

Importa salientar que foram realizadas diversas tentativas de contacto com as outras duas famílias que acolheram os jovens, sendo que ambas acabaram por se mostrar indisponíveis para a participação neste estudo.

3.2 Procedimento de análise de dados

As entrevistas foram transcritas *verbatim* pela investigadora e foram analisadas com base na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), com auxílio do programa NVIVO. A primeira etapa consistiu na familiarização com os dados a partir da transcrição integral das entrevistas e numa leitura integral do material, a segunda etapa correspondeu à identificação e codificação das principais ideias que emergiram de forma consistente entre os vários participantes. Esta análise resultou num conjunto de grandes temas e subcategorias as quais foram organizadas em árvores que reportam aos padrões de significados encontrados, de modo a cumprir os objetivos deste estudo.

Resultados

Com base na diversidade de participantes que colaboraram com esta investigação e de modo a contribuir a compreensão deste fenómeno a partir do conjunto das diferentes perspetivas dos seus intervenientes, os resultados foram divididos em três secções: (1) síntese narrativa do projeto de acolhimento familiar e da experiência do ponto de vista das duas coordenadoras das equipas; (2) síntese narrativa da entrevista realizada com a família de acolhimento que acolheu dois irmãos; (3) análise temática das seis entrevistas aos profissionais que acompanharam as famílias e os jovens ao longo dos três meses do acolhimento.

Assim, serão apresentados primeiro os resultados obtidos através das *sínteses narrativas*, enquanto método de descrição detalhada das entrevistas, primeiros das técnicas e depois da família. Para cumprir este propósito, cada entrevista é cuidadosamente lida e analisada diversas vezes pela investigadora, de modo a identificar as principais informações e descrições minuciosas que permitem conhecer e compreender a experiência dos entrevistados. Depois será apresentada a análise temática, focada na construção de categorias a partir das respostas dos seis profissionais que acompanharam as famílias.

1. Síntese narrativa da informação e da experiência das coordenadoras das equipas

Com o objetivo de ampliar e aprofundar o olhar sobre este fenómeno, recorreu-se à diretora do Núcleo de Acolhimento Familiar e coordenadora da Unidade de Adoção, Carla (nome fictício), bem como à diretora do Núcleo de Infância e Juventude da equipa responsável pelos seis processos de jovens que foram acolhidas (NIJ), Joana (nome fictício). Uma vez que a primeira foi responsável pelo processo de avaliação e seleção das famílias, e a segunda encarregou-se de todo o acompanhamento às famílias e jovens ao longo do acolhimento, considerou-se a máxima relevância de integrar ambas as perspetivas sobre este contexto de modo a obter um ponto de vista mais holístico e pormenorizado de todas as etapas do processo. Assim, a partir da análise de conteúdo da transcrição das entrevistas semiestruturadas, foram encontrados 7 grandes temas: percurso dos jovens desde a chegada até a ida para as famílias,

preparação dos jovens e famílias de origem para o acolhimento, processo de avaliação, seleção e formação das famílias de acolhimento, descrição das três famílias de acolhimento, descrição do acompanhamento profissional, reflexão sobre a experiência pessoal e profissional e reflexão sobre o acolhimento familiar de crianças e jovens desacompanhados de outras nacionalidades.

Em relação ao **percurso dos jovens desde a sua saída da Ucrânia até a ida para as famílias de acolhimento**, ambas as diretoras relatam que desde fevereiro de 2022, com o início da guerra, começaram a ouvir a necessidade de acolher centenas de crianças e jovens ucranianos que chegariam a Portugal desacompanhados. Em função da elevada midiaticização do conflito, Carla relata que “antes mesmo de nós fazermos algum tipo de movimento, tivemos imensas manifestações de interesse por parte de famílias que nem sequer eram famílias de acolhimento, eram famílias da comunidade que se sensibilizaram, que se sentiram impelidas a contribuir”. No entanto, as expectativas foram frustradas e o número de jovens que efetivamente chegou ao território português foi de 10 jovens menores de idade que estavam inicialmente acompanhados por uma senhora conhecida das suas famílias. Joana explica que todos eram filhos de médicos(as) e enfermeiros(as) que trabalhavam no exército ucraniano e, como não podiam sair do país, resolveram enviar os seus filhos sob o cuidado desta senhora para que ficassem em segurança. Assim, este grupo chega a Portugal em abril de 2022 e Joana descreve: “estas crianças vieram integradas num grupo de 24 pessoas, que foi deslocalizada para Portugal por via aérea, tendo a sua espera todas as entidades e os técnicos que estavam preparados para o plano de acolhimento dos refugiados no aeroporto”. Salienta-se que todos tinham as documentações necessárias traduzidas para o inglês, inclusive o termo que certificava que os jovens estavam sob responsabilidade da senhora que os acompanhava.

Inicialmente, todos foram acolhidos numa pousada com outros 50 cidadãos ucranianos. Segundo Joana, “esta pousada era um sítio com excelentes condições, portanto foi desativada para poder dar a resposta de emergência ao acolhimento da população ucraniana e percebemos que as pessoas neste espaço estavam bem, estavam seguras”. A situação manteve-se dessa forma até junho, mês que a senhora responsável pelos dez jovens comunica que retornará à Ucrânia porque tem uma pessoa muito próxima com um grave problema de saúde que precisa dos seus cuidados. Além disso, quatro destes dez jovens iriam também regressar com ela por vontade das famílias de origem. A partir deste momento as profissionais passam a considerar efetivamente

a integração das seis crianças que permaneceram no território português em famílias de acolhimento.

No que diz respeito à **preparação dos jovens e famílias de origem para o acolhimento**, Carla e Joana referem que foi um processo difícil uma vez que, quando as famílias enviaram os seus filhos para Portugal, esta não era uma possibilidade que consideravam já que os jovens estavam legalmente acompanhados pela senhora. Sobre isso Joana relata: “isto foi tudo muito estranho para os pais... explicar-lhes o que é uma família de acolhimento, em que moldes é que funciona (...) a figura jurídica das famílias de acolhimento era totalmente estranha e bastante incompreensível para estas famílias ucranianas”. Assim, as diretoras relatam que iniciaram um intenso processo de preparação das famílias e dos jovens que contou com diversos momentos de esclarecimentos e conversas nas quais as profissionais buscavam ouvir e compreender as necessidades e expectativas destes jovens e dos seus pais. Carla refere que:

“só levamos essa proposta ao Tribunal depois de explicar, refletir com as famílias que estavam na Ucrânia que os direitos dos filhos estariam devidamente salvaguardados, que eles iriam continuar a acompanhá-los da mesma maneira que acompanhavam com a senhora ucraniana e iam conseguir acompanhar na casa destas famílias conosco”.

Em relação aos jovens, Joana refere que foi um processo “menos complicado” uma vez que, após as famílias de origem lhes transmitirem segurança, estes consensualmente preferiram ir para as famílias de acolhimento. As diretoras refletem que devido ao facto destes jovens serem duas fratrias, e dois amigos próximos, a sua vontade e dos seus pais seria ficarem juntos, o que tornou a decisão mais fácil, pois nenhum estaria sozinho. Dessa forma, assim que tiveram a resposta positiva dos pais e dos jovens, as equipas avançaram com a resposta de acolhimento familiar, e acionaram as famílias de acolhimento portuguesas que haviam sido selecionadas e preparadas para darem esta resposta.

Ainda sobre o processo de preparação dos jovens, Joana ressalta que a transição do contexto da pousada para as famílias foi feita “respeitando o ritmo, sobretudo das crianças e dos jovens”. Mais especificamente esta transição realizou-se de acordo com um plano de contactos gradual, em que primeiro a família foi conhecer as crianças à pousada, seguidamente realizou-se um passeio em conjunto e, finalmente, as crianças foram conhecer a casa da família de acolhimento antes de transitarem para lá.

Em relação ao **processo de avaliação, seleção e formação das famílias**, Carla refere que o desafio começou logo com a elevada quantidade de demonstrações de interesse por parte das famílias em acolherem estes jovens e o curto tempo que tinham para realizarem o processo de avaliação. A diretora ainda relata que houve aqui uma grande influência política que contribuiu com o envolvimento da sociedade nesta causa, dizendo que “foi algo sem precedentes, nunca tínhamos tido esse volume de famílias interessadas (...) o impacto a nível político e social foi muito grande e as pessoas mobilizaram-se muito neste sentido, tínhamos até secretários de Estado com vontade de acolher crianças”.

Por conta da urgência imposta pelo contexto, Carla relata que tiveram a necessidade de adaptar o protocolo de avaliação e seleção das famílias de acolhimento, de modo a priorizar aspetos chave, “para que pudéssemos acolher rapidamente as crianças se elas chegassem de um dia para o outro”. Em comparação com o processo regular, Carla reflete que “se calhar o grande critério de maior diferença, talvez tenha sido a abertura a multiculturalidade”, exemplificando que “famílias que nos diziam que “nós estamos habituados a viajar, gostamos muito de conhecer culturas diferentes, adoramos aprender línguas novas”, isto era um ótimo indicador”.

No que toca à formação oferecida às famílias, Carla ressalta que além de aspetos essenciais como a capacidade para ler os sinais da crianças e a disponibilidade para responder às suas necessidades, o fator multiculturalidade ocupou um lugar central e foi conduzido por uma formadora com experiência neste tópico e na cultura ucraniana, em conjunto com uma senhora ucraniana residente há muitos anos em Portugal. Além de abordarem questões como a barreira linguística e os hábitos alimentares, também falaram de algumas diferenças de hábitos e costumes, como o facto de não gostarem muito do toque físico e do abraço, e não terem o hábito de estarem todos à mesa a conversarem nos momentos da refeição. Carla reflete que aspetos como este tendem a ser desvalorizados, mas que “de facto, podem fazer toda a diferença entre o acolher bem e o acolher mal”.

A profissional responsável pelo processo relata que o trabalho realizado foi o melhor possível dentro das condições que tinham, mas refere que “se no futuro, num contexto idêntico, pudéssemos ter mais tempo, eu julgo que a questão da preparação e da formação destas famílias deveria ter sido mais cuidadosa”. Um dos aspetos que destaca que podia ter sido melhor trabalhado é a “questão dos comportamentos desafiantes e de oposição, nós não tivemos tempo

para isto. Falamos disto, mas uma coisa é falar outra coisa é trabalhar e isto é que eu acho que poderia ter ajudado alguns destes miúdos”.

Por fim, Carla menciona o quão desafiador foi para si própria e para a sua equipa conseguir realizar este protocolo em tempo recorde, garantindo a sua qualidade. Ela refere:

“Foi difícil integrar porque muitas vezes as colegas diziam “mas ainda não sabemos tudo sobre essa família...” e eu dizia “pois não...”, mas foi também muito importante, porque nos permitiu perceber que se não soubermos tudo, devemos saber aquilo que é importante e isto também nos trouxe uma experiência muito rica para revermos o nosso processo de avaliação regular. Portanto, acho que aprendemos todos com isso”.

Acerca da **descrição das três famílias de acolhimento**, ambas as diretoras discorrem sobre os processos pelos quais cada uma das famílias passou. Com o objetivo de facilitar a compreensão e a identificação, as famílias serão numeradas. A família número um corresponde a um casal heterossexual com um filho adolescente, que acolheram um casal de irmãos gémeos ucranianos que tinham 14 anos. Carla refere que esta era uma família muito coesa e que o filho adolescente do casal era muito “consciente e implicado”, assumindo aqui um papel de destaque positivo no processo de integração dos jovens ucranianos na família. Em relação aos jovens acolhidos, a profissional menciona que a rapariga tinha um diagnóstico de anorexia que se agravou com a vinda para Portugal, tendo estado “no limite do internamente alguma vezes”, tendo sido a saúde da jovem o maior desafio para esta família. O filho do casal também tinha alguns problemas relacionados com a alimentação, sobretudo a alergias, e reflete que essa “coincidência foi um ponto de contacto inicial do tipo “eu compreendo-te, não é a mesma coisa mas eu compreendo-te”, e isso foi aqui uma ponte muito importante entre eles”. Carla finaliza dizendo que apesar dos grandes desafios, principalmente ligados ao grave problema de saúde da jovem, considera que foi uma experiência muito “enriquecedora e gratificante” para essa família.

A segunda família era constituída por um casal heterossexual e três filhos, sendo um casal de gémeos mais velhos, a terminar o secundário e um rapaz mais novo de 12 anos. Esta família acolheu dois jovens ucranianos, um rapaz de 13 anos e uma rapariga de 11, que não eram irmãos, mas amigos muito próximos. Carla descreve que esta era uma família de “classe média, com uma coesão familiar muito, muito interessante, com experiência parental e os filhos

também muito envolvidos emocionalmente e humanitariamente”. Uma das características mais mencionadas quando as profissionais falam sobre esta família foi o facto de serem “muito católicos”, pois associam este aspeto à “motivação muito altruísta” para o acolhimento. Carla refere que esta família teve uma experiência “excessivamente desafiante”, com os comportamentos destes jovens, principalmente da rapariga que “era muito reativa”. Além disso ela relata dificuldades específicas no que toca à relação com os filhos do casal: “talvez pelas características dos miúdos que acolheram, não foi tão fácil assegurar que os filhos da família de acolhimento fossem tão facilitadores nesta integração dos jovens”. A profissional termina por dizer que considera que a experiência tenha sido “um bocadinho traumática” mas que tem certeza de que mesmo assim a família “veria o copo meio cheio”.

Por fim, a terceira família era composta por um casal heterossexual mais velho com dois filhos já maiores de idade a viver fora da casa dos pais. Este casal acolheu um casal de irmãos ucranianos, uma rapariga de 15 anos e um rapaz de 12 anos que tinham um histórico de adoção na Ucrânia. Carla caracteriza este casal como “muito jovial, cheios de energia, com uma experiência maravilhosa”. A senhora era professora com muita experiência no trabalho com jovens, e o senhor “um homem muito disponível e afetuoso”. Já em relação aos jovens, Carla relata que o rapaz era muito “tímido, fechado e vivia com o carapuço na cabeça a passar despercebido”, mas que esta família “o permitiu desabrochar e evoluir de uma forma impressionante”. Já a irmã era mais “aberta e extrovertida, características que depois ajudaram aqui na integração do rapaz”. Em resumo, a profissional refere que considera que esta família “não fez muitos esforços” e que tudo aconteceu “de uma forma muito natural, mesmo com os desafios”.

Um aspeto comum subjacente à experiência de todas as famílias refere-se aos motivos do término do acolhimento. Em meados de setembro, todos os jovens e famílias de origem decidiram que os filhos regressassem à Ucrânia, pois estavam com a expectativa de que a guerra já estivesse perto de terminar, bem como, tinham o desejo de que os seus filhos/as iniciassem o ano letivo na Ucrânia.

No que concerne à **descrição do acompanhamento profissional**, Carla e Joana explicam quais foram as principais funções das suas equipas: enquanto a equipa do Acolhimento Familiar coordenada por Carla ficou responsável por todo o processo de avaliação, seleção e formação das famílias de acolhimento, a equipa do NIJ coordenada por Joana encarregou-se do

acompanhamento profissional aos jovens desde o momento da chegada à pousada, até o regresso à Ucrânia meses depois. Carla comenta que esta foi uma nova forma de atuação, uma vez que normalmente é a equipa do acolhimento familiar que faz este acompanhamento próximo aos jovens e famílias. Ela explica que decidiram agir desta forma porque, por uma questão de circunstância e proximidade, a equipa do NIJ já havia criado uma relação muito positiva e de confiança com os jovens e famílias de origem desde o momento em que chegaram à pousada, portanto: “não fazia sentido estarmos todos envolvidos, estaríamos a criar ruído... portanto a partir do momento em que os miúdos integraram as famílias de acolhimento nós saímos de cena e o acompanhamento passou a ser assumido pelo NIJ praticamente na totalidade”.

Joana, por sua vez, explica que a sua equipa é constituída por pares formados por uma psicóloga e uma assistente social, sendo que cada dupla acompanha em conjunto as famílias que lhes são designadas. No entanto, a coordenadora refere que optou por ser mais flexível neste contexto excecional, promovendo a relação de toda a equipa com todos os jovens e respetivas famílias. Ela explica que, uma vez que as técnicas continuavam com um volume de trabalho significativo para além deste contexto, “era importante ter sempre alguém que conhecesse, alguém que eles já tinham uma confiança. Assim sempre que houvesse alguma necessidade de intervenção, se um técnico não estivesse disponível, avançaria eu ou alguma outra colega que estivesse disponível no sentido de ter sempre alguém pronto para responder às necessidade dos jovens e famílias”.

Dessa forma, Joana relata que o trabalho da sua equipa iniciou logo quando os jovens chegaram à pousada, momento em que as profissionais se deslocaram até lá para “conhecer suas histórias, seus percursos e suas famílias, e tentar compreender as suas necessidades”. Depois de os jovens integrarem as famílias, a coordenadora relata que inicialmente o acompanhamento ocorreu de uma forma bastante próxima e regular, com diversas visitas domiciliárias e contactos telefónicos. No entanto, ela destaca que à medida que a relação entre jovens e famílias de acolhimento ficou mais próxima, a equipa percebeu que

“A relação entre a família de acolhimento e a criança necessitava de um espaço mais descontaminado da parte técnica, porque já havia segurança e tinha que ser construída esta relação sem a presença do técnico (...) assim fomos acompanhando não tanto em presença, mas mais através também de contacto telefónico e através de reuniões online”.

No que diz respeito às **reflexões sobre a experiência pessoal e profissional**, ambas as coordenadoras referem o envolvimento emocional como um aspeto muito presente ao longo de todo o trabalho. Carla menciona como esse fator foi importante para que ela e a equipa “canalizassem os esforços de uma forma muito motivada”, e ainda acrescenta que “o facto de termos todos entrado neste trabalho de uma forma muito apaixonada, e muito... com o coração no sítio certo, e com os valores humanitários, certos... fez com que as coisas corressem bem”. Joana também refere que para ela foi emocionalmente desafiante, mas acrescenta uma perspetiva política neste contexto:

“Um quadro tão dramático e tão avassalador como este que já dura há um ano, desta usurpação de tudo e de todos os direitos de um povo (...) para mim pessoalmente, esta intervenção significa a forma que eu tenho de combater o regime político do Putin, de guerra. É o único mecanismo que tenho de expressar o meu desagrado com este regime, e o meu apoio um povo que que têm passado pelo que ninguém deveria passar”.

Ambas também refletem sobre o desafio de lidarem com uma situação de urgência, o pouco tempo de preparação e a alta demanda de trabalho para além. Joana refere que “de repente tivemos que reestruturar toda a nossa organização e procedimentos para dar esta resposta urgente que não estávamos de todo a contar que pudesse acontecer aqui no território de Mafra”. Carla também refere o desafio relativo à dificuldade de manejo do trabalho em tempos de crise, mas acrescenta que “foi um desafio muito gratificante do ponto de vista profissional e humano, não é? Humanitário, porque provavelmente conseguimos fazer a diferença na vida destes jovens, poderíamos ter feito de mais, mas estes seis valeu a pena”.

Relativamente às **reflexões sobre o acolhimento de jovens de outras nacionalidades**, Carla refere que a equipa já tinha tido alguma experiência com o acolhimento de outros menores refugiados oriundos dos campos da Grécia, mas ressalta que nenhum deles foi acolhido por famílias “pelo perfil que tinham, que eram mais velhos, quase adultos, portanto, e com questões de saúde mental decorrentes da história pela qual passaram”. No entanto, uma vez que esta é uma realidade com tendência a aumentar, a diretora continua a reflexão referindo que para o futuro considera essencial que o sistema disponha de famílias multiculturais, uma vez que “de facto é muito diferente uma criança que venha de um país africano ser acolhida por uma família até fisicamente parecida, e que conheça os hábitos culturais”.

A profissional ainda refere o desafio associado ao racismo neste contexto, relatando que muitas famílias dizem “eu estou disponível, mas uma criança de origem Africana, para o meu pai, ou para a minha mãe, se calhar não vai ser bem aceite”. Segundo a profissional, este fator foi determinante para que houvesse um número tão expressivo de famílias interessadas, referindo que:

“Foi incrível como tivemos centenas de pessoas a querer acolher crianças ucranianas, mas não tivemos centenas de famílias a querer acolher jovens oriundos dos campos da Grécia, e por que? Porque quem está na Grécia são sírios, não são europeus, têm outra cultura, até outra fisionomia. Mas por que? É isto que está subjacente, e vai demorar algum tempo a desconstruir”.

Já Joana comenta que esta primeira experiência de acolhimento familiar que tiveram com os jovens ucranianos “traz a esperança” de que será possível trabalhar e intervir junto a populações que “falam línguas completamente distintas, com culturas completamente diferentes”, de modo a minimizar as barreiras sentidas. Além disso, ela refere que as diferenças culturais deverão ser aspetos a serem considerados na avaliação e formação das famílias de acolhimento que vierem a acolher jovens refugiados de outras nacionalidades, de modo a não sentir que estes jovens são “estranhos ou incompreensíveis” apenas por terem uma cultura distinta.

2. Síntese narrativa da experiência da família de acolhimento

Retomando a descrição das famílias feita pelas coordenadoras, a presente secção apresentará uma narrativa que sintetiza a experiência da família de acolhimento três, através da entrevista realizada com o casal, sendo que as outras duas famílias, apesar de inicialmente aceitarem participar no estudo, evitaram sucessivamente a entrevista, segundo as profissionais talvez pelos processos terem sido demasiado pesados para elas.

Esta família de acolhimento é composta por um casal, Sónia e André (nomes fictícios), pais biológicos de dois filhos já maiores de idade que não habitam mais a casa dos pais. A mãe, Sónia, tem 57 anos e é professora universitária. Já o pai, André, tem 61 anos e é gestor de

imóveis. Este casal acolheu dois jovens irmãos ucranianos, Maria e Pedro (nomes fictícios), de 15 e 12 anos de idade, respetivamente. O acolhimento aconteceu entre julho e setembro de 2022.

O casal nunca havia ponderado a possibilidade de serem família de acolhimento, mas essa realidade mudou com o contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Por conta das frequentes imagens de “horror e destruição da guerra” nos diversos canais de comunicação, esta família sensibilizou-se a “ajudar alguém que quisesse sair da guerra”, e assim, colocaram-se à disposição para acolher uma criança/jovem, ou uma mãe com uma criança/jovem, uma vez que eram esperados que chegassem a Portugal centenas de refugiados ucranianos a serem acolhidos. Assim, a partir do programa excecional para acolhimento de crianças e jovens oriundos da Ucrânia desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, em parceria com o Instituto de Segurança Social, Sónia e André passaram por um processo de avaliação e formação para se tornarem uma família apta para receber os jovens.

Este processo foi dividido em sete partes, iniciando-se com uma sessão informativa de modo a abordar as etapas seguintes e o enquadramento legal e contextual desta medida excecional. Em seguida, foi efetuada a formalização da candidatura, juntamente com o preenchimento do registo criminal, declarações médicas, declaração de honra e carta de referência. Após a formalização, Sónia e André passaram por uma sessão de formação de 4h que abordou diversos temas, como o desenvolvimento infantil e necessidades específicas de crianças refugiadas, estilos e práticas parentais e o impacto do acolhimento na dinâmica familiar. Segundo Sónia, a formação foi de extrema importância para “perceberem que não estavam sozinhos” e que “se precisassem de qualquer suporte, sabiam que podiam contar com a equipa”. Posteriormente o casal passou por três entrevistas: a primeira sobre as motivações e o perfil da criança a acolher, a segunda sobre as expectativas face ao acolhimento, e a última sobre o funcionamento familiar e o impacto do acolhimento. Por fim, na última etapa foi emitida a decisão positiva e a família recebeu um Certificado de Habilitação de Família de Acolhimento de Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (CJENAS), bem como assinou um contrato de Acolhimento Familiar de CJENAS.

Quando receberam a notícia de que tinham sido selecionados, o casal ficou “muito contente por poderem ajudar os miúdos”, mas Sónia refere que também se sentiu um pouco apreensiva por serem dois adolescentes. Já André mostrou-se sempre “muito contente, confiante e receptivo” com a chegada dos jovens. O casal conta que, para os receberem, prepararam a casa

de modo a que cada um pudesse ter o seu quarto, e falaram com todo o círculo familiar mais direto, “no sentido de estarem também disponíveis para quando eles chegassem”.

Relativamente à chegada dos irmãos à sua casa, Sónia refere que este foi um momento difícil para o rapaz, Pedro, que manteve uma postura cabisbaixa e retraída no início. A mãe relembra que no primeiro encontro que tiveram, Pedro “nem sequer olhou” para eles, e saiu a chorar, e nesse contexto o pai acrescenta que durante os primeiros 15 dias o rapaz não falava com eles, apenas com a irmã. Ambos descrevem o jovem como um “menino com uma fobia social imensa, com muito medo de ser rejeitado, fazendo exatamente aquilo que era expectável porque tinha muito medo”. Em contrapartida, caracterizam a jovem Maria como “uma miúda muito mais extrovertida e muito madura para a idade que tinha; super correta, educada, superprotetora do irmão” e, por isso refletem que para ela a adaptação foi mais fácil.

Em relação ao dia-a-dia da família, ambos os pais indicam que foram “tranquilos e sem grandes problemas”, mas ambos indicaram a barreira linguística como uma das principais dificuldades, uma vez que praticamente toda a comunicação aconteceu por intermédio do Google Tradutor. Para além do idioma, Sónia refere alguns desafios que enfrentaram ao longo do processo, como questões ligadas à higiene da rapariga, uma vez que ela muitas vezes não punha a roupa para lavar, nem mudava a roupa interior com frequência. Em relação ao rapaz, os desafios que se colocaram estavam relacionados ao “facto de ele ter tanta dificuldade de falar com as pessoas”, fazendo com que os pais se sentissem “um bocadinho impotentes a gerir”. No entanto o casal referiu que todas estas situações foram ultrapassadas por meio do diálogo e da empatia com os jovens, e revelam que mesmo com estas situações pontuais de maior dificuldade, o balanço que fazem da experiência foi bastante positivo, destacando que “foi muito mais simples do que estavam à espera” e que “correu tudo muito bem e o maior mérito foi dos jovens, que foram excecionais, muito corretos, super educados, super respeitadores”.

Um dos aspetos mais marcantes para esta família foi a evolução de Pedro. Ambos falam com emoção quando relembram um momento em que foram à praia e Pedro chamou e falou com Sónia pela primeira vez. Além disso, a mãe destaca a situação em que ele pediu para lhe oferecerem calças e uma mochila no seu aniversário, sendo que no início ele não aceitava prendas nenhuma, e chegou a chorar e a ir-se embora quando os pais lhe ofereceram a primeira prenda. A mãe refere que “foi uma evolução espetacular, muito gratificante, porque no fim ele já estava muito à vontade, já nos chamava, já falava conosco”.

No que se refere aos contactos entre os jovens e a sua família de origem, os pais afirmam que estes foram frequentes e fundamentais para que os jovens se sentissem “seguros e tranquilos”. O facto de os irmãos possuírem telemóveis lhes permitia falar com os seus pais sempre que quisessem, durante o tempo que quisessem, o que contribuía para o bem-estar dos jovens. A família de acolhimento também manteve uma comunicação próxima com a família de origem, mesmo que limitada pelos diferentes idiomas: por meio de videochamadas as famílias mostravam as suas casas umas às outras, o que, segundo Sónia, “dava aquela sensação de: nós estamos aqui, vocês estão aí, está tudo bem, conhecemo-nos, podemos estar descansados, eles estão bem, vocês estão bem, pronto... e isso era importante”.

O acompanhamento por parte da equipa profissional ao longo do acolhimento foi descrito pelo casal como um “apoio incondicional, excecional e maravilhoso”. Sónia refere que o contacto era regular e frequente, e acontecia mediante a necessidade da família, o que os fez sentir sempre apoiados, mas ainda assim autónomos e independentes para lidar com as questões familiares que surgiam. Sobre isso André referiu: “se for preciso, nós entramos em contacto, se não for, não vamos entrar”. Além do suporte das técnicas, foram realizados alguns encontros entre as famílias de acolhimento com uma psicóloga, pelo que Sónia refere que foi uma “mais-valia, até para percebermos o que é cultural e o que não é? E também para aprendermos com as experiências dos outros”.

A partir da reflexão sobre a experiência, Sónia e André destacaram alguns fatores que contribuíram para o sucesso do acolhimento, ressaltando principalmente “a educação dos meninos e o apoio dos pais”. Além disso, André refere que o facto de já terem tido experiência com a criação dos próprios filhos os ajudou a relacionar-se de uma forma positiva com os jovens, porque “já passaram por estas fases todas e por isso tem mais estaleca”. Um outro fator que ambos os pais referiram como um aspeto que facilitou a adaptação dos jovens e o estabelecimento da relação foi a interação com os cães da família, refletindo que a presença deles funcionou como uma espécie de “escape e quebra gelo” para os jovens.

O término do acolhimento aconteceu por volta de três meses depois do seu início, e o principal motivo foi a vontade dos jovens e da família de origem que eles voltassem à Ucrânia. Sobre isso, Sónia e André descrevem sentimentos ambivalentes: por um lado questionaram se era o melhor para os jovens voltarem para um cenário inseguro de guerra, por outro, respeitavam muito a decisão dos pais, refletindo: “eles é que tinham que decidir, nós só estávamos a ajudar”.

Além disso, Sónia demonstrou preocupações distintas em relação aos irmãos: considerava que Pedro estava melhor em Portugal, pois achava que “ele ia gostar da escola e aprender com facilidade, e rapidamente ia começar a falar português (...) se ele conseguisse ter a ajuda de um psicólogo, gradualmente iria melhorar”. Já em relação à Maria, Sónia refere não saber se a rapariga estaria melhor em Portugal ou na Ucrânia, refletindo que “lá ela tem os amigos dela, cá não tinha amigos; e ela tem mais dificuldade de aprender, portanto é provável que ela não evoluísse na escola”.

Em relação aos planos para o futuro, Sónia e André referem que estão disponíveis caso os jovens resolvam voltar a Portugal. Contudo, em relação a acolher outras pessoas, referem que teriam que avaliar as possibilidades, já que “neste momento temos outras prioridades, a disponibilidade para ver o nosso neto”.

Em termos da satisfação referente a alguns pontos do acolhimento, o casal se encontra totalmente satisfeito em relação à equipa profissional que os acompanhou e aos jovens que recebeu (atribuíram 5 na escala de Likert), no entanto, em relação à duração do acolhimento o casal considera-se insatisfeito (atribuíram 2 na escala de Likert). Por fim, em relação à totalidade do processo, Sónia e André estão satisfeitos (atribuíram 4 na escala de Likert).

3. Análise temática das entrevistas das técnicas profissionais

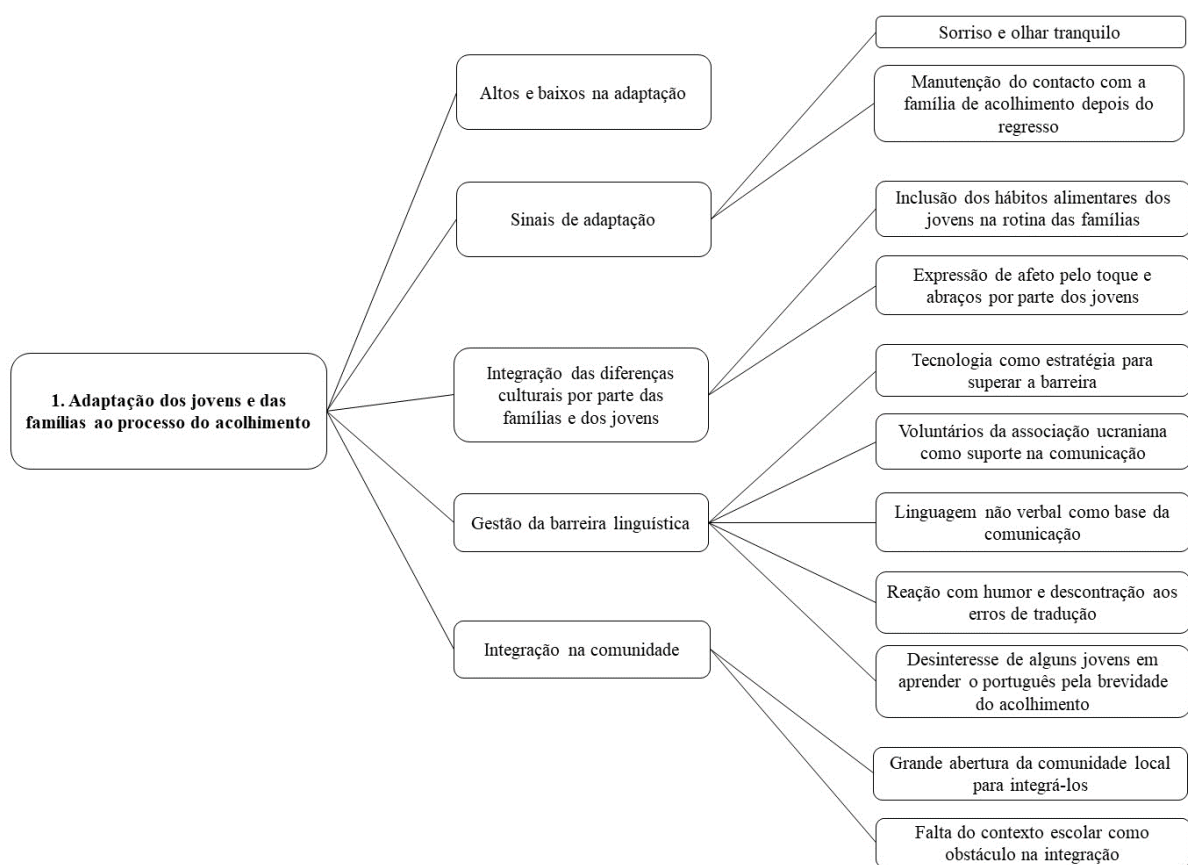
Na presente secção de resultados, serão apresentados os principais temas provenientes da análise temática das entrevistas realizadas com as seis profissionais que acompanharam as famílias e jovens no contexto do acolhimento. A partir da identificação de conteúdos emergentes nas narrativas de todas as participantes, foi possível ficar a conhecer como foi a prática profissional e que balanço fizeram de toda a experiência, tendo sido encontrados quatro temas centrais que permitem compreender este fenómeno. As quatro macro-categorias deste estudo são: **(1) Adaptação das famílias e dos jovens ao processo do acolhimento, (2) Dificuldades na experiência do acolhimento para as famílias e para os jovens, (3) Experiência das profissionais e (4) Fatores Facilitadores para o sucesso do acolhimento.** Cada um destes temas apresenta diversas subcategorias que serão descritas a seguir.

3.1. Adaptação das famílias e jovens ao processo do acolhimento

O primeiro tema corresponde à Adaptação das famílias e jovens ao contexto do acolhimento e é composto por cinco subcategorias, das quais quatro possuem algumas microcategorias, o que se encontra sistematizado na figura abaixo apresentada.

Figura 1

Árvore temática relativa ao tema Adaptação dos jovens e das famílias ao processo do acolhimento



A primeira subcategoria refere-se à descrição da adaptação dos jovens e das famílias como um processo com *Altos e baixos na adaptação* e inclui as reflexões das profissionais sobre como esse processo teve um carácter dinâmico e multifatorial:

“Então... acho que, que a adaptação não é linear, houve altos, baixos, houve momentos de grande choro, houve momentos de felicidade, houve momentos de rutura... portanto esta adaptação não é uma adaptação... é tudo muito brusco. Há

muitos fatores aqui da cultura, da distância, da língua, e da influência das notícias da televisão ou das chamadas que faziam com os pais e que faziam com que houvesse estes altos e baixos”

A segunda subcategoria refere-se aos Sinais de adaptação, e é subdividida em duas microcategorias, sendo elas *Sorriso e Olhar Tranquilo* e *Manutenção do contacto com a família de acolhimento após o regresso*. No que toca a primeira microcategoria, cinco profissionais referem a mudança das expressões faciais dos jovens ao longo do tempo, uma vez que, quando chegaram a Portugal via-se que estavam tristes e fechados:

“É algo que de vez em quando ainda tenho aqueles flashes, daquele rosto com aquele, aquele olhar tão triste, profundamente triste. Pronto... talvez tenha sido esse o olhar mais triste que eu já vi, desde quando comecei a trabalhar. Mas depois ficava muito contente quando percebi que as coisas começaram a correr bem, que eles estavam a se adaptar... nos eram enviadas as fotografias deles ou na praia, ou a comer um gelado e já se notava um sorriso, um olhar tranquilo, disponível, e diferente, pronto, isso marcou-me...”

Já em relação à segunda microcategoria, uma profissional mencionou que o facto de os jovens ainda manterem contacto com as famílias que os acolheram é um sinal de que se adaptaram.

A terceira subcategoria refere-se à Integração das diferenças culturais por parte das famílias e jovens e esta inclui outras duas microcategorias. A primeira delas é a *Inclusão dos Hábitos Alimentares dos Jovens na Rotina das Famílias*, sobre a qual cinco profissionais relatam como a abertura dos pais a cozinhareм receitas ucranianas ou comprarem alimentos que os jovens gostavam foi um dos fatores que permitiu a integração de aspetos culturais e a promoção do sentimento de segurança destes jovens.

As profissionais também discorrem sobre a *Expressão de afeto pelo toque e abraços por parte dos jovens* e relatam como ao longo do tempo em que estiveram aqui integraram este aspeto da cultura portuguesa:

“Eles inicialmente... Eles não eram muito do toque, mas foram percebendo que nós éramos... E estes irmãos eram muito engraçados porque depois já eram eles que vinham e nos davam sempre um abraço muito apertado, mas nós percebíamos que era um abraço trapalhão, porque não era um abraço que eles tivessem habituados na Ucrânia, não é? Era assim um abraço trapalhão, mas foram percebendo que nós, portugueses, temos este lado mais afetivo se calhar, não sei...”

A quarta subcategoria faz referência à Gestão da barreira linguística, questão significativamente presente ao longo de todo o processo. Um dos aspetos mencionados por todas as profissionais refere-se ao uso da *Tecnologia como estratégia para superar a barreira*, na qual ressaltam que a utilização de aplicações e ferramentas digitais como o Google Tradutor foram essenciais na comunicação entre todos. Algo que também mencionaram foi a importância dos *Voluntários da associação ucraniana como suporte na comunicação*, principalmente quando era necessário falar com as famílias de origem (“Uma das técnicas da associação era ucraniana e isso foi muito importante, porque sabíamos que tínhamos ali alguém que também nos ia aproximar destas famílias, porque a questão da língua era sempre uma questão”).

Um terceiro fator interessante que referem em termos da diferença de idiomas é a *Linguagem não verbal como base da comunicação*, uma vez que esta outra forma de linguagem mostrou-se essencial para que as famílias pudessem compreender e comunicar com os jovens. Uma das profissionais relata: “(...) mas depois a própria família começou já também a perceber a nível gestual e a nível de expressão, já ia conseguindo perceber mais ou menos o que é que os jovens queriam dizer, o que é que estavam a sentir”. Além disso, um quarto aspeto relevante que referiram foi a *Reação com humor e descontração aos erros de tradução*, visto que nem sempre as aplicações traduziam de maneira correta (“O Google Tradutor nem sempre traduz corretamente, às vezes aconteceu momentos que até era de rir, fazer-se a tradução e sair uma coisa completamente ao lado e eles perceberem isso e riam-se que nem uns perdidos... era engraçado, quebrava o gelo”).

Finalmente, um quinto fator referido por uma profissional em relação à Gestão da barreira Linguística foi o *Desinteresse de alguns jovens em aprender o português pela brevidade do acolhimento*. Uma vez que os jovens sempre expressaram o desejo de regressar à Ucrânia o mais rápido possível, aprender um novo idioma não era uma prioridade naquele contexto, como refere uma profissional: “uns começaram a aprender novas palavras, a fazer listas (...) mas como havia também aqui a ideia de “eu quero voltar o mais rapidamente possível”, criava um “eu não quero muito também saber, eu quero é voltar...”.

Por fim, a quinta subcategoria corresponde à Integração na Comunidade e subdivide-se em duas microcategorias. Primeiramente, três profissionais mencionaram uma *Grande Abertura da Comunidade Local para integrá-los*, descrevendo iniciativas e ajudas (materiais ou não) de vizinhos, associações e comércio local (“Nós pedimos o apoio para fazer a visita ao Oceanário

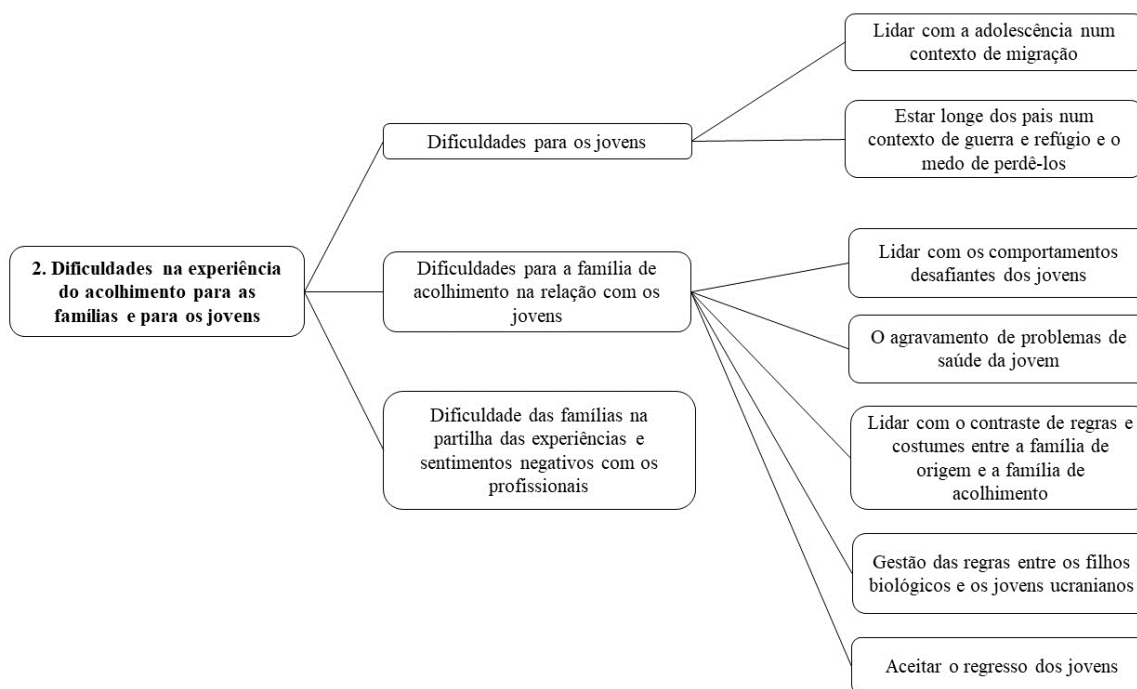
e tivemos uma boa recepção das entidades que permitiram que estas crianças participassem (...) nós tivemos o apoio das instituições da comunidade”). No entanto, duas entrevistadas destacaram a *Falta do Contexto Escolar Como um Obstáculo na Integração dos jovens*, já que eles regressaram antes do ano letivo português iniciar (“claro que a integração deles na escola podia ter trazido aqui um processo de integração mais completo, não é?”).

3.2.Dificuldades na experiência do acolhimento para as famílias e para os jovens

O segundo tema corresponde às Dificuldades na experiência do acolhimento para as famílias e para os jovens e é composto por três subcategorias, das quais duas possuem algumas microcategorias, o que se encontra sistematizado na figura abaixo apresentada.

Figura 2

Árvore temática relativa ao tema Dificuldades na experiência do acolhimento para as famílias e para os jovens



A primeira subcategoria prende-se às Dificuldades para os Jovens, e possui duas microcategorias. Uma das profissionais comenta como *Lidar com a adolescência num contexto*

de migração foi um fator de dificuldade para os jovens, que precisavam lidar com todas as questões inerentes a esta etapa do desenvolvimento ao mesmo tempo que experienciavam um contexto completamente desadaptativo. Ela relata:

“Ou seja, já estão a lidar com a adolescência que, por si só, já é difícil. Depois, estão a lidar com uma guerra, estão a lidar com uma deslocação para um país que não conhecem, fica a família lá sem eles saberem o que se passa. Depois tem que lidar com uma família de acolhimento... São muitas questões que se sobrepõem...”.

Um aspeto esperado que foi referido por todas as profissionais foi o *Desafio de estarem longe dos pais num contexto de guerra e refúgio e o medo de perdê-los*. Elas refletem como o próprio contexto do refúgio, da guerra e do acolhimento se configurou como uma conjuntura muito desafiante para estes jovens, que estavam sempre em contacto com as notícias da guerra (“E o mais difícil foi... o sofrimento que estas crianças manifestaram por estarem longe dos pais, não é? E de todo este medo da guerra e dos pais poderem morrer e portanto, havia aqui sempre um medo constante...”).

A terceira subcategoria refere-se às Dificuldades para a família de acolhimento na relação com os jovens e subdivide-se em 5 microcategorias. Um dos aspetos que surge relacionado esta subcategoria foi a dificuldade de *Lidar com os comportamentos desafiantes dos jovens*. A maioria das menções a este aspeto faz referência específica à jovem de 11 anos que foi acolhida pela família dois, uma vez que ela agia de forma impulsiva, desafiante e até agressiva em algumas situações, como explica uma profissional:

“E há uma altura em que eles vão para casa dos avós maternos e estavam juntos à piscina, e houve uma situação qualquer em que a filha do casal chama atenção à jovem e ela era muito, muito impulsiva, muito imatura e não conseguia tolerar a frustração e nesses momentos, ela agia atirando com as coisas ao chão, como, por exemplo, houve uma vez que ela tirou a roupa toda das gavetas para tudo pelo chão, roupa passada a ferro, tudo espalhado, pronto... ela aqui nesta situação apertou o pescoço a filha deste casal, pronto. Eu acho que isso foi tudo muito difícil para esta família”.

Duas profissionais destacaram dificuldades relacionadas com o comportamento de outros dois jovens: o primeiro, um jovem também acolhido pela família dois que no início não reagiu muito bem à família e, num dos contactos com seus pais ucranianos inventou que o pai

da família de acolhimento havia sido agressivo fisicamente com ele (“O jovem disse aos pais que uma das nódoas negras que tinha na perna, e que nós sabíamos que já tinha feito antes, que tinha sido o pai da família de acolhimento. Isto foi uma situação muito difícil de gerir”). O outro caso foi do jovem acolhido pela família 3, pelo facto do rapaz ter uma postura mais fechada e reservada, tornando mais difícil o estabelecimento da relação entre ele e a família (“Demorou um pouco até que conseguissem chegar a ele, mas conseguiram”).

Duas profissionais também abordaram o *Agravamento do problema de saúde da jovem* que foi acolhida pela família 1. Elas relatam que lidar com um problema de saúde tão grave como a anorexia que quase culminou num internamento foi algo muito difícil para o casal:

“Em relação à jovem que tinha a perturbação alimentar, havia aqui um risco de vida ou de morte, não é? Porque ela colocou-se em situações muito complicadas. Houve um dia que ela vai de madrugada, entra dentro do quarto do casal e chama a Senhora e diz que está com umas dores enormes de barriga e tiveram que ir para o hospital, portanto, a Senhora estava sempre sobressaltada e nós sentíamos essa angústia, e sentíamos que também já estava a interferir na dinâmica do casal, nós já estávamos com receio, se isto continuar, até que ponto é que isto depois não gera aqui ruptura?”

Uma outra dificuldade mencionada por três profissionais prendeu-se com *Lidar com o contraste de regras e costumes entre família de origem e família de acolhimento*. Elas referem que em alguns casos houve um choque considerável entre os diferentes hábitos das famílias, causando dificuldade em lidar com algumas situações:

“As questões de como é que se gere a dinâmica do dia a dia, que era muito diferente da família biológica. As crianças tinham uma hora para se deitar, mas elas nunca tinham tido uma hora para se deitar (...) portanto essa gestão das rotinas e dos estilos educativos, que eram muito diferentes nesta família”.

Um outro aspeto referido por duas profissionais foi a dificuldade de *Gestão das Regras entre os Filhos Biológicos e os Jovens Ucranianos* para as famílias que tinham filhos em casa (famílias um e dois):

“Eu acho que o maior desafio, principalmente naquele casal que já tinha 3 filhos e que acolheu a menina que tinha aqui os comportamentos de oposição e o amigo [família dois], foi porque um dos filhos, eu acho que era o mais novo, estava sempre

a dizer aos pais “porque é que ela pode fazer isto e eu não?”. Foi difícil ao casal manter regras e rotinas e limites, não é?”.

Por fim, uma das profissionais refere que a principal dificuldade de uma das famílias [família três] foi *Aceitar o regresso dos jovens para a Ucrânia*, uma vez que estes pais não esperavam que os jovens já fossem embora depois de pouco tempo:

“O facto de eles terem ido embora tão depressa foi muito difícil, porque eu acho que eles não esperavam (...) Mas eu acho que as expectativas, se calhar, tinham a ver com o tempo de permanência destas crianças na vida deles, e acho que o maior desafio foi perceberem de um dia para o outro que eles se iam embora”.

Finalmente, a última subcategoria deste tema refere-se à Dificuldade das famílias na partilha das experiências e sentimentos negativos com as profissionais. Mesmo que apenas uma profissional tenha mencionado este aspeto, o seu conteúdo o torna relevante, uma vez que, segundo a perspetiva desta profissional, algumas famílias não se sentiram completamente confortáveis para expressarem as suas necessidades aos profissionais, tendendo a omitir o que sentiam:

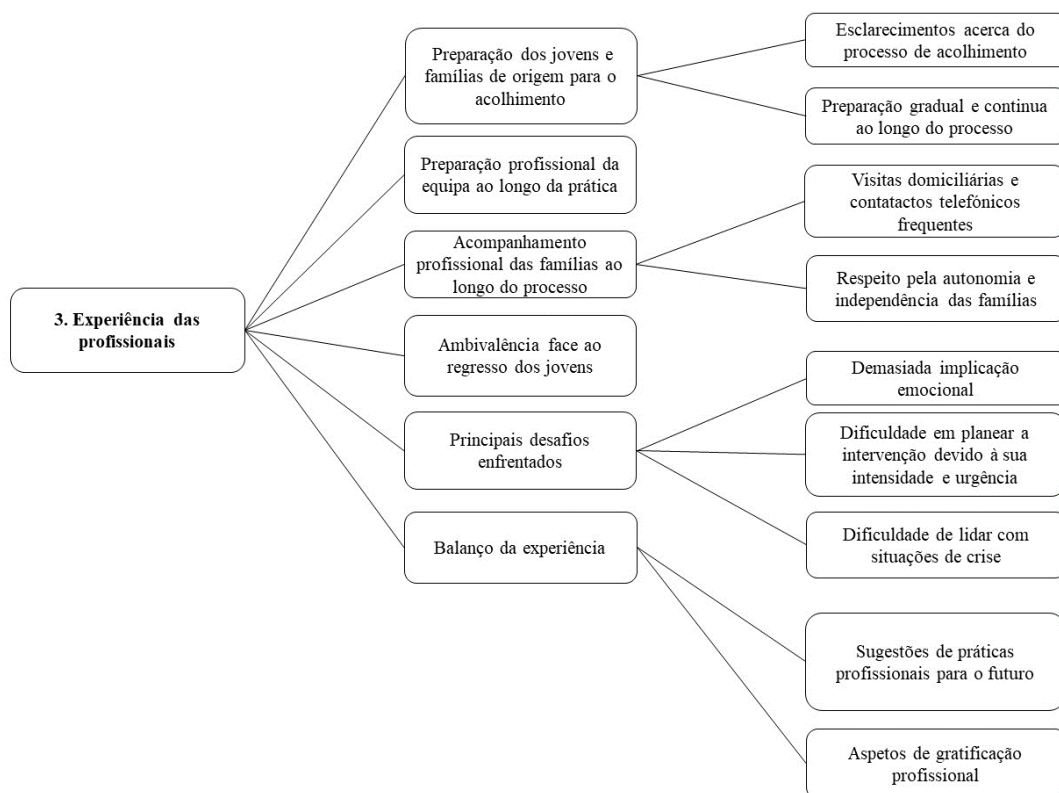
“Outra coisa que nós também sentimos foi que estas famílias, não sei bem por qual motivo, nós podemos fantasiar um bocadinho acerca dos motivos, mas nunca verbalizavam totalmente as suas verdadeiras dificuldades a nós. Eu acho que eles também não se sentiam à vontade para dizer “estou a sentir que estou a falhar, ou achei que podia fazer melhor e de facto não estou a conseguir ou eu quero desistir (...)eu acho que houve muita omissão dos seus reais sentimentos... eu acho que estas famílias não partilharam em demasia, porque também não queriam, pronto, demonstrar que não eram capazes, eu acho que também elas próprias não se queriam se sentir colocadas em causa, não é?”

3.3.Experiência das profissionais

Este terceiro tema subdividiu-se em seis subcategorias, sendo que quatro delas apresentam algumas microcategorias, de acordo com a árvore que a seguir se pode observar.

Figura 3

Árvore temática relativa ao tema Experiência das profissionais



A subcategoria Preparação dos jovens e famílias de origem para o acolhimento inclui duas microcategorias, os *Esclarecimentos acerca do processo de acolhimento* e a *Preparação gradual e contínua ao longo do processo*. Em relação à primeira, as profissionais referem a necessidade de esclarecerem inúmeras questões como o que era uma família de acolhimento, e porque o tribunal estava envolvido neste processo, uma vez que, para as famílias de origens e jovens, o conceito de família de acolhimento foi algo que só passaram a conhecer neste contexto de refúgio (“por não saberem o que era isso de família de acolhimento, é como se eles achassem que de repente iam ser adotados, e isso teve que ser desconstruído... então explicamos tudo”).

No que concerne à segunda microcategoria, as técnicas referem que se esforçaram para que a preparação para o acolhimento, sobretudo dos jovens, ocorresse da forma mais gradual e contínua possível visando a melhor adaptação de todos ao contexto do acolhimento. Essa

preparação integrou momentos distintos com as diversas pessoas, nomeadamente as famílias de origem:

“Houve um momento em que a família de origem apresentou a nós e às famílias de acolhimento quem eram os seus filhos, e eles prepararam uma divisão com cordas com as fotografias deles, desde o nascimento até a idade que eles vieram para cá, e foram explicando e apresentando assim. E nós pensamos: “naquele contexto de guerra, como é que ainda há capacidade para preparar isto desta forma!”.

Em relação à segunda subcategoria Preparação profissional da equipa ao longo da prática, todas as profissionais referem que dada a urgência da situação, não houve tempo para que a equipa se preparasse muito. A maioria das profissionais relatam que não se sentiam preparadas naquele contexto, mas que foram aprendendo ao longo do processo.

A terceira subcategoria refere-se ao Acompanhamento profissional das famílias ao longo do processo divide-se em duas microcategorias: *Visitas domiciliárias e contactos frequentes* e *Respeito pela autonomia das famílias*. Em relação à primeira, todas as técnicas descrevem que o acompanhamento profissional foi realizado por meio de visitas à casa da família, bem como por contactos telefónicos e reuniões online frequentes (“Mantivemos sempre o contacto bastante próximo com a família de acolhimento, acompanhando as situações que surgissem, pronto... falávamos sempre que fosse preciso, e tínhamos as visitas domiciliárias”). Já em relação à segunda microcategoria, duas entrevistadas mencionaram que o acompanhamento profissional realizado teve em conta o respeito pela autonomia e independência da família, permitindo que as famílias de acolhimento também desenvolvessem as suas competências sem a presença da equipa em todas as situações (“era um casal mais autónomo [família três], eles não queriam e também não precisavam que nós estivéssemos sempre em cima, porque eles também achavam que conseguiam e realmente conseguiam dar conta aqui da situação, portanto respeitávamos”).

A quarta subcategoria deste tema refere-se às Ambivalência face ao regresso dos jovens. Sobre isto, duas profissionais mostram como se sentiram ambivalentes com a ideia, refletindo sobre a volta dos jovens para a Ucrânia e confrontam-se com dúvidas, face ao peso dos benefícios e dos riscos, quer quanto ao regresso, quer quanto à permanência longe dos pais, no território português:

“É a sobrevivência emocional sobre a sobrevivência física, não é? Eles queriam estar com os pais, mesmo que isso os fizesse correr risco de vida, porque para eles era

muito mais insuportável esta dificuldade em sobreviver a esta experiência do ponto de vista emocional. E para nós é difícil, não é? Preferirem estar num cenário de guerra, a estarem aqui confortáveis, não é? Mas pronto, também faz sentido e se calhar o que mais precisavam eram de estar junto dos pais...”.

A quinta subcategoria refere-se aos Principais desafios enfrentados. Três entrevistadas referem a *Demasiada implicação emocional* como uma grande dificuldade experienciada ao longo do processo, principalmente relacionada com o contexto da guerra:

“Confesso que tinha que ter estratégias de última hora para me conseguir controlar emocionalmente, porque a vontade de chorar era sempre muita e não queria fazer na presença dos jovens, como é óbvio, nem da, das famílias, porque tínhamos que lhes transmitir segurança, mas nem sempre era fácil, com aquelas imagens todas da guerra todos os dias”.

Um outro desafio referido por todas as profissionais relaciona-se com a *Dificuldade em planear a intervenção devido à sua intensidade e urgência*. Elas ressaltam que o facto de as coisas estarem sempre a acontecer de uma forma muito rápida e frequentemente repentina, impediu que o trabalho fosse realizado de uma forma mais refletida, calma e preparada:

“senti falta de termos mais momentos para parar, pensar em equipa, refletir sobre os processos... no sentido também de a gente partilhar aquilo que sentimos, estruturar melhor o trabalho. Eu acho que foi tudo muito, muito intenso, muito rápido, muito pouco preparado e foi um desafio lidar com isso...”.

Por fim, um terceiro desafio mencionado por duas profissionais diz respeito à *Dificuldade de lidar com situações de crise*, crises estas que estavam quase sempre relacionadas com os comportamentos desafiantes dos jovens e as consequências dos mesmos para todos os envolvidos:

“Houve um dia que uma das crianças não, não queria estar na família, não queria estar em lado nenhum, só queria voltar para casa, zangada, furiosa com a vida, “por que é que me está a acontecer isso?”, a família por outro lado a querer o seu melhor, os filhos da família preocupados com os pais por conta do que estava a acontecer... foi uma situação de grande crise, de descontrolo, de choro, de agressividade... foi necessário ir lá e falar com ela, de estar com ela, de perceber o que estava a acontecer... foi um grande desafio para mim, um dos momentos mais difíceis”.

A sexta e última subcategoria do terceiro tema refere-se ao Balanço da experiência, e divide-se em duas microcategorias, sendo que a primeira corresponde às *Sugestões de práticas profissionais para o futuro*. Sobre isto, todas as profissionais mencionam que gostariam de terem tido a possibilidade de estarem melhor preparadas para lidar com esta situação, além de indicarem que preferiam ter trabalhado com mais calma e de forma mais refletida e estruturada (“eu acho que não tivemos tanta calma porque foi uma primeira situação e estávamos muitas vezes a improvisar, não é?”). Outro aspecto levantado pela maior parte das entrevistadas como algo que sentiram falta e sugerem que seja implementado para situações futuras é uma formação mais ampla e aprofundada nas questões culturais.

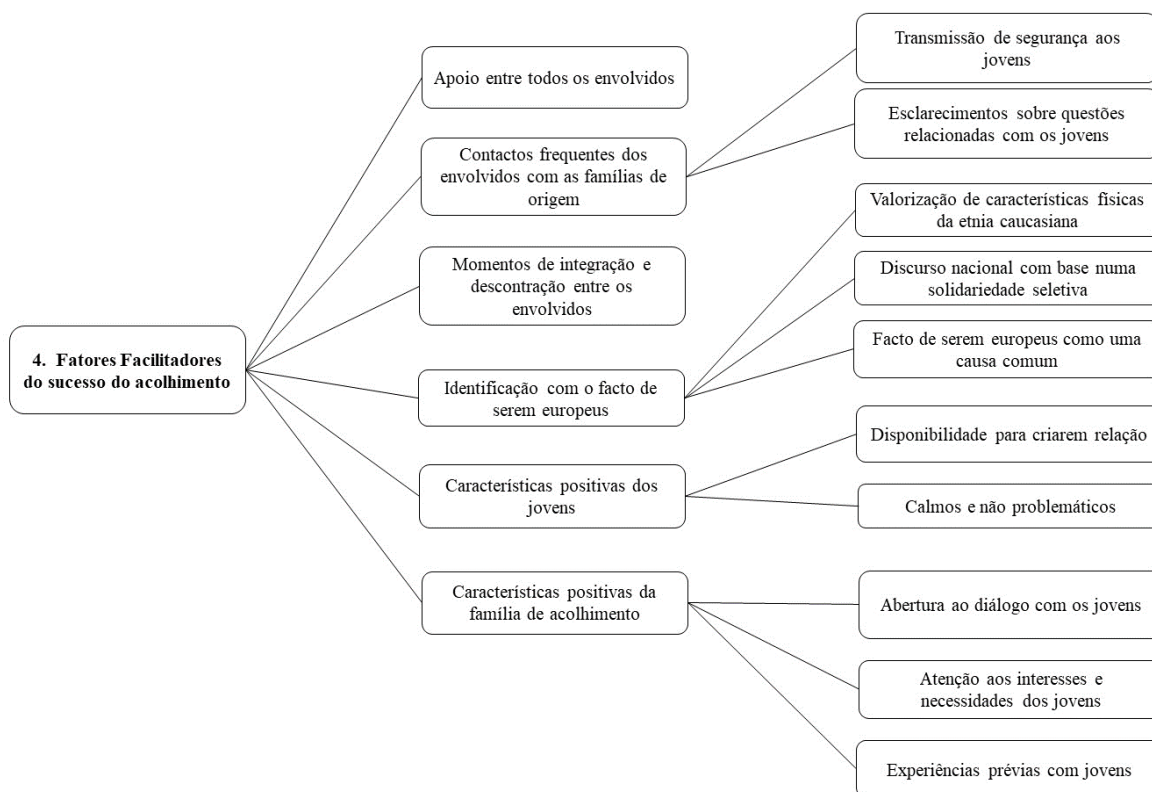
A segunda microcategoria da última subcategoria diz respeito aos *Aspetos de gratificação profissional*. Apesar de todos os desafios enfrentados ao longo do processo, todas as entrevistadas referem que foi uma experiência positiva e muito gratificante (“Mas sim, adorei esta experiência, foi muito positiva. Gostei e cresci profissionalmente, pessoalmente, foi muito gratificante. Foi um grande ganho para mim, e para toda a equipa, tenho a certeza”).

3.4.Fatores facilitadores do sucesso do acolhimento

O terceiro tema principal, correspondente aos Fatores facilitadores do sucesso do acolhimento, no qual diferenciamos seis subcategorias, sendo que quatro destas integram diversas microcategorias, como indicado na seguinte figura.

Figura 4

Árvore temática relativa ao tema Fatores Facilitadores do sucesso do acolhimento



A primeira subcategoria refere-se ao Apoio entre todos os envolvidos. Todas as entrevistadas referiram que o trabalho em conjunto desempenhado pela equipa profissional, jovens, famílias de acolhimento e de origem, e associações voluntárias foi fundamental para que o processo corresse bem:

“Se não tivéssemos trabalhado todos em equipa, famílias de acolhimento, famílias biológicas, a associação, tradutores, os próprios jovens... não há um protagonista, porque um sem os outros não íamos conseguir fazer... foi muito importante haver um trabalho cooperativo, multidisciplinar, cada um com suas capacidades, com as suas competências, mas todos trabalharmos em prol do bem-estar dessas crianças”.

A segunda subcategoria deste tema corresponde aos Contactos frequentes dos envolvidos com as famílias de origem, que, por sua vez, dividem-se em duas microcategorias, sendo que a primeira se refere à *Transmissão de segurança aos jovens*. Todas as técnicas destacam com veemência o quão importante e fundamental foi o contacto delas, das famílias de acolhimento e dos jovens com as famílias de origem, para que os filhos se sentissem seguros em relação aos processos subjacentes ao acolhimento (“*trazer a família biológica foi fulcral para eles perceberem que iam para algo que era seguro não é? Acho que se os seus pais sentem*

isto como seguro, as crianças também irão sentir”). Já a segunda microcategoria corresponde aos *Esclarecimentos sobre questões relacionadas aos jovens*. Duas profissionais comentam sobre como este contacto com as famílias de origem permitiu que algumas dúvidas sobre comportamentos, gostos e características dos jovens fossem esclarecidos (“Houve uma questão relacionada as questões da higiene da menina, e a mãe [do acolhimento] não queria interferir na privacidade da jovem, mas num contacto telefónico com a família de origem, rapidamente conseguimos resolver essa questão e esclarecer as coisas”).

A terceira subcategoria deste tema se refere aos Momentos de integração e descontração entre os envolvidos. Sobre este aspeto, todas as profissionais destacam um almoço que fizeram ainda no contexto da pousada com todas as famílias, jovens e equipas envolvidas nos processos. Elas referem que foi um momento de confraternização e partilha muito significativos num contexto tão pesado de guerra, e destacam a importância deste momento (“Nós organizámos uma churrascada, uma coisa à portuguesa, não é? Para todos convivermos... fazer disto um, um processo mais leve... Não ter o peso do Tribunal, do processo de promoção e proteção, da guerra (...) foi um momento muito importante.”)

A quarta subcategoria corresponde à Identificação com o facto de serem europeus como um fator que contribuiu de algumas formas para o sucesso do acolhimento, e subdivide-se em três microcategorias. A primeira é a *Valorização de características físicas da etnia branca*, e, sobre isso, duas profissionais mencionam como aspetos de similaridade física como a cor da pele, olhos e cabelo, foi um fator que fez com que as famílias estivessem mais abertas e sensibilizadas para acolherem estas crianças:

“Seremos todos europeus foi um fator que ajudou a haver aqui também uma grande empatia, não é? E depois, parecendo que não, são todos, todos bonitinhos, de olhinhos azuis, loirinhos, não é? E pronto, serem semelhantes, não é? Em termos físicos também conosco, não sei se fossem povos da África, ou assim como é que... obviamente que seriam também igualmente fáceis de integrar e de acolher”.

A segunda microcategoria faz referência ao *Discurso nacional com base numa solidariedade seletiva*, e corresponde à ideia de que a sociedade portuguesa se solidarizou muito com esta situação por se tratar de uma guerra que assola um povo que também é europeu:

“O povo português ficou todo muito assustado... um país da Europa, que é mesmo aqui ao lado, estava em guerra, com famílias normais, como as nossas, a trabalhar e

de repente a vida delas, não é? Muda de um dia para o outro, e portanto eu acho que houve aqui alguma identificação pelo facto de também de estarmos aqui na, na Europa, e é isto, o facto de as pessoas quererem muito ajudar, não é?”.

Por fim, a terceira microcategoria desta subcategoria corresponde ao *Facto de serem europeus como uma causa política comum*, e revela que a identidade europeia em comum fez com que todos partilhassem uma mesma causa política, facilitando o envolvimento emocional com esta guerra, e não outras:

“Existem guerras noutros países, infelizmente não é? Mas de facto, por ser um território tão próximo, e por ser Europa, acho que isto teve um impacto diferente, acho que vivemos isto de uma forma intensa. E acho que a equipa se mobilizou em massa para dar uma resposta de qualidade a todas estas crianças, estas famílias, não é? Claro que isto levou a muitos momentos de reflexão em casa, não é? Muita, muitos pensamentos, muitos momentos de querer, de alguma forma, não só ter aqui um bom desempenho em termos profissionais, mas também a dar o meu contributo, não é?”

Um outro fator destacado pelas profissionais como facilitador foram as Características positivas dos jovens (quinta subcategoria), que subdivide-se em duas microcategorias, a *Disponibilidade para criarem relação* e o facto de serem *Calmos e não problemáticos*. Em relação à primeira, as profissionais referem que o facto de os jovens se demonstrarem abertos para se relacionarem com as famílias foi um fator que contribuiu com os processos e em relação à segunda microcategoria, sobressaiu o facto de os jovens não criarem problemas, e serem simpáticos e calmos.

Por fim, a sexta e última subcategoria dos fatores facilitadores do sucesso do acolhimento refere-se às Características positivas da família de acolhimento e integra três microcategorias. A primeira delas é a *Abertura ao diálogo com os jovens*, na qual duas profissionais destacam a importância de que as famílias estivessem disponíveis a conversar e a ouvir os seus jovens (“Era uma família [família 3] que permitia muito o diálogo e a abertura aqui na relação, portanto, eles próprios promoviam momentos de conversa com os jovens, e isso contribuiu muito com toda a adaptação”). A segunda microcategoria se refere à *Atenção aos interesses e necessidades dos jovens*, sendo que três profissionais refletem sobre a importância de colocar os interesses e necessidade dos jovens em primeiro lugar.

A terceira microcategoria corresponde às *Experiências prévias com jovens*. Sobre isto, duas profissionais destacam que o contacto prévio com jovens auxiliou na criação de estratégias e no estabelecimento de relação com os jovens ucranianos:

“Outra família que eu também acompanhei [família 3], eu acho que eles tiveram mais facilidade porque já tinham os filhos adultos, já tinham passado por isso. Tinham aqui também, já contactado com vários jovens, a senhora era professora e embora agora estivessem com adolescentes de uma cultura diferente, acho que conseguiram perfeitamente lidar com isso e adaptar-se”.

Discussão

No melhor conhecimento das autoras, este é o primeiro estudo sobre a experiência de acolhimento familiar de jovens refugiados desacompanhados em Portugal, cujo objetivo principal era conhecer de que forma aconteceu este fenómeno recente e como foram as experiências das profissionais e famílias envolvidas.

Começaremos por fazer uma sumarização dos resultados a partir da análise integrada do contributo de todos os participantes, que nos indicaram que uma das famílias vivenciou este processo de forma mais positiva, enquanto nas outras duas identificaram-se sérias dificuldades.

Destacamos como aspetos positivos transversais a todos os casos a grande convergência de motivações e sintonia na solidariedade humanitária e narrativa sociopolítica de apoio ao povo ucraniano, aspetos que favoreceram o envolvimento das profissionais e famílias no acolhimento destes jovens, bem como a abertura da comunidade para os integrar. Num segundo momento, e já informadas pela literatura, iremos destrinçar os aspetos que consideramos destacarem-se como muito positivos nos processos de acolhimento estudados, dos aspetos menos positivos.

Começando pelos mais positivos, destacamos:

- Celeridade na construção de um modelo coerente de avaliação, seleção e preparação das famílias de acolhimento;
- Formação no domínio da sensibilidade intercultural das famílias de acolhimento;
- Preparação progressiva dos jovens e das famílias de origem para a transição da pousada para a família de acolhimento;
- Preparação contínua dos jovens e famílias de origem para o acolhimento, fornecendo informações e esclarecimentos necessários;
- Apoio regular e próximo às famílias e jovens;
- Respeito pela autonomia e independência das famílias de acolhimento;
- Integração recíproca de aspetos culturais por parte das famílias de acolhimento e dos jovens;
- Contacto regular das família de origem com os jovens contribuindo para a sua segurança;
- Contacto das famílias de acolhimento com as famílias de origem, proporcionando-lhes o conhecimento do espaço e recebendo delas informação sobre o passado dos jovens;
- Trabalho em rede de todos os envolvidos.

Como dificuldades identificamos as seguintes:

- Lidar com os comportamentos desafiantes dos jovens;
- Lidar com o agravamento do problema de saúde mental da jovem;
- Lidar com as dificuldades de diálogo e comunicação com os jovens;
- Lidar com o contraste de regras e costumes entre a família de origem e a família de acolhimento;
- Gestão das regras entre os filhos biológicos e os jovens ucranianos;
- Dificuldade das famílias na partilha das experiências e sentimentos negativos com as profissionais;
- Ambivalência face ao regresso dos jovens;
- Falta de tempo e preparação para as especificidades deste acolhimento;
- Falta de formações focadas nas necessidades específicas destes jovens.

Estes aspetos serão a seguir discutidos de forma integrada, tendo em consideração a literatura, a qual dará suporte às reflexões a fazer a partir dos resultados.

Sobre a experiência das famílias de acolhimento, mesmo que este estudo conte com a participação de apenas uma delas, os relatos dos participantes evidenciam que todas vivenciaram este processo de forma distinta. Algo que nos ajuda a perceber isso foram os diferentes desafios enfrentados por elas: segundo as profissionais, enquanto a principal dificuldade experienciada pela família três tenha sido *aceitar o regresso dos jovens*, as famílias um e dois tiveram que enfrentar o *agravamento de problemas da saúde da jovem* (família um), *lidar com os comportamentos desafiantes dos jovens* (família dois), além de *gerir as regras entre os jovens ucranianos e os filhos biológicos ainda em casa* (famílias um e dois). Por outro lado, os resultados mostram que a maioria das *características positivas das famílias* que facilitaram o acolhimento referidas pelas profissionais estavam associadas à família três. É vasta a literatura que salienta as características dos pais como fatores principais no sucesso do acolhimento (Ni Raghallaigh, 2013; Van Holen et al., 2019; Van Holen et al., 2020; Wade et al., 2012) e, neste sentido, cabe a discussão de como as características desta família, nomeadamente a abertura ao diálogo com os jovens, a atenção aos seus interesses e necessidades, bem como a experiência prévia que o casal tinha com adolescentes da mesma idade, foram fatores que contribuíram para que esta família vivesse o acolhimento de forma mais positiva e facilitada.

Um dos fatores que asseguram boas práticas familiares no acolhimento destes jovens é a oferta de uma formação adequada e consistente por parte das equipas profissionais às famílias, que contemple aspetos como a diversidade cultural, o trauma, comportamentos de oposição que podem vir a acontecer e fatores intrínsecos à adolescência (Evans et al., 2022; Van Holen et al., 2020). O relato da coordenadora de equipa do contexto das famílias quanto à formação das famílias refere exatamente que esta etapa do processo ficou aquém do esperado, uma vez que a questão dos comportamentos desafiantes foi “falada, mas não trabalhada”. De facto, podemos perceber que é possível que este aspecto tenha influenciado negativamente a experiência de acolhimento principalmente para a família dois, uma vez que um dos principais desafios enfrentados por estes pais foi o comportamento de oposição da jovem acolhida.

Outro aspeto que se coloca no contexto dos desafios associados às famílias um e dois se refere à presença dos filhos biológicos no sistema familiar. A literatura destaca a importância de considerar os filhos biológicos das famílias de acolhimento como agentes sociais capazes de influenciar o processo de acolhimento e não como meros observadores externos (Roche & Noble-Carr, 2017). Embora neste estudo não exista informação suficiente sobre o modo como foram envolvidos os filhos, a complexidade de gerir a parentalidade durante o acolhimento parece associar-se a este tópico identificado como sensível e complexo em investigações prévias.

No que diz respeito aos momentos prévios ao acolhimento, a literatura destaca a importância da preparação dos jovens a serem acolhidos, para este processo, uma vez que é muito comum que eles não conheçam o que é ou como funciona esta modalidade de cuidado (Wade et al., 2012), podendo apresentar, inclusive, crenças negativas associadas ao medo de serem discriminados ou maltratados pelas famílias (Van Holen et al., 2019). De facto, os relatos das profissionais indicam que esta etapa da preparação foi realizada de forma adequada e cuidadosa, pelo facto de ter sido *gradual e contínua ao longo do processo*, além de terem efetuado diversos *esclarecimentos* aos envolvidos. Um outro aspeto que é possível considerar diz respeito à importância do contacto com a família de origem também nesta etapa, já que a Diretora do NIJ menciona que o processo de aceitação dos jovens para irem para as famílias de acolhimento foi “menos complicado” depois que as famílias de origem lhes *transmitiram segurança* sobre o processo e as famílias que os iriam acolher.

Nesse sentido, é evidente que um dos aspetos mais relevantes que este estudo trouxe foi a importância dos *contactos frequentes com as famílias de origem*. Todos os participantes mencionaram como a comunicação estreita com os pais destes jovens foi um dos fatores que facilitaram o sucesso do acolhimento. De facto, a literatura refere a importância de considerar as relações e experiências prévias dos jovens nos seus países de origem, de modo a garantir práticas específicas e adequadas no país de acolhimento (Crea et al., 2018; Roberto & Moleiro, 2021). No entanto, esta não é uma realidade comum no contexto de trabalho com esta população: o estudo de Gimene-Monterde e Mendoza-Pérez (2022) evidenciou que os profissionais ligados ao acolhimento destes jovens tendem a ignorar as famílias de origem em suas intervenções, implementando protocolos que não consideram a existência deste interveniente. Uma das explicações para este fenómeno apresentada pela literatura é o facto de o trabalho social ainda estar muito pautado numa base colonialista que sustenta crenças negativas e estereotipadas sobre o país e a família de origem dos jovens, associando-os a problemas sociais e à pobreza (Carranza, 2018).

Em relação a este aspeto, cabe a discussão do porquê no panorama do presente estudo a participação das famílias de origem esteve sempre assegurada em todas as etapas do processo, contrapondo-se à realidade internacional. A hipótese que se coloca é de que a *identificação com o facto de serem europeus* como um fator facilitador do acolhimento estendeu-se às famílias dos jovens, uma vez que, neste contexto, por se tratar de um país culturalmente mais próximo, não se coloca a questão das crenças e estereótipos negativos. Tal noção é coerente com a teoria da hipótese de contacto proposta por Allport (1954), na qual quanto maior a distância cultural percebida entre os grupos, maior é o preconceito. No contexto específico dos refugiados, os resultados do estudo de Firat e Ataca (2021) também sustentam esta teoria, visto que a percepção da distância cultural se encontrava relacionada com menores níveis de suporte aos direitos deste grupo.

Ainda em relação à *identificação com o facto de serem europeus*, os resultados dos diferentes participantes indicam como este fator teve influência em diferentes níveis do processo. No âmbito da seleção das famílias, a coordenadora geral responsável pelo processo, menciona o significativo impacto social e político que estava subjacente ao volume sem precedentes de famílias inscritas. Em congruência, o estudo de Hawaz (2023) argumenta como o imenso apoio dos europeus aos refugiados ucranianos se baseava não apenas em aspetos

humanitários, mas também em uma forte ligação à identidade política da Europa. Esta questão torna-se bem evidente quando a Diretora do NIJ revela que o seu trabalho neste contexto teve um imenso significado pessoal associado ao combate ao regime político da Rússia.

Desse modo, também é válido discutir sobre o papel da mídia nos processos de sensibilização e mobilização de toda a sociedade, em especial das famílias que se inscreveram para acolherem. Ao analisar o relato do casal Sónia e André acerca da sua motivação para o acolhimento, torna-se evidente a influência dos canais de comunicação na tomada de decisão desta família. Sobre isso, Iberi e Saddam (2022) descrevem como a noção transmitida pelos canais europeus de que estes refugiados eram diferentes dos outros por serem “como nós” foi um fator que contribuiu para uma espécie de solidariedade global, visível na comunidade europeia com os refugiados ucranianos. É importante a reflexão sobre como este conceito de “como nós” não engloba apenas características subjetivas de proximidade cultural, mas também aspetos físicos. Tal perspetiva é evidenciada pela visão das profissionais e coordenadoras entrevistadas: Carla, por exemplo, discorre sobre como as crianças e jovens de outras nacionalidades não europeias não tiveram centenas de famílias portuguesas a querer acolhê-los pelo facto de serem culturalmente diferentes e terem outra fisionomia. No mesmo sentido, uma das profissionais refere como a característica de serem “todos bonitinhos, de olhinhos azuis, loirinhos” contribuiu para que houvesse empatia e abertura de todos, facilitando o processo de acolhimento.

Uma outra questão que se destacou no âmbito dos fatores facilitadores relatados pelas profissionais refere-se ao sentimento de união entre todos os envolvidos, seja no contexto do trabalho em equipa multidisciplinar realizado, seja nos momentos de integração e descontração entre os intervenientes. Em relação ao trabalho em equipa, Roberto e Moleiro (2021) definem que uma das boas práticas identificadas por *stakeholders* portugueses no trabalho com jovens desacompanhados se referia ao trabalho em rede, destacando-se a importância da colaboração entre as várias áreas envolvidas na promoção do bem-estar e na garantia dos melhores interesses dos menores. Já em relação aos momentos de integração e descontração realizados ao longo do processo e muitas vezes referidos pelas profissionais, destaca-se a importância destes eventos como uma forma de abrir espaço para relações mais humanas e espontâneas. “*sem o peso do Tribunal, do processo de promoção e proteção, o peso da guerra, não é?*”, como referiu uma das profissionais.

Ao analisarmos alguns aspetos deste processo, é possível perceber como em diversos momentos as práticas profissionais e familiares convergiram de modo a proporcionar um sentimento de estabilidade e segurança para os jovens acolhidos. Dessa forma, salienta-se novamente a importância dos contactos com a família de origem como uma forma de *transmissão de segurança*, visto que, segundo Sónia (mãe da família de acolhimento número três), os contactos frequentes com os pais permitiam que os jovens se sentissem “seguros e tranquilos”. Um outro aspeto que demonstra o cuidado dos intervenientes com a promoção do sentimento de segurança dos jovens foi o facto de as profissionais terem acordado que a melhor equipa para acompanhar o processo do acolhimento seria aquela que já estava em contacto com os menores, e que já havia criado uma relação de confiança com eles e suas famílias. Além disso, a flexibilidade de implementarem uma nova prática profissional que garantisse “ter sempre alguém [uma profissional] que os conhecesse, alguém que eles já tinham uma confiança”, destacada pela Diretora do NIJ, também indica esta preocupação. Tais aspetos são coerentes com a literatura, uma vez que as relações próximas e de confiança com os profissionais, e as rotinas estáveis e previsíveis são fatores protetores dos sentimentos de segurança e tranquilidade dos jovens, em tempos de tanta incerteza (Estoura & Roberto, 2019; Kohli, 2011).

Dando continuidade à discussão acerca das práticas profissionais, ficamos a conhecer que o acompanhamento das equipas às famílias e aos jovens foi realizado de forma bastante próxima e regular, com visitas domiciliárias e contactos telefónicos frequentes, sempre em congruência com as necessidades das famílias. De facto a literatura defende a necessidade de que a família e os jovens sintam que possuem o suporte e o apoio necessário dos profissionais para que haja sucesso no acolhimento (Van Holen et al., 2019), aspeto que parece ir ao encontro do que foi a experiência da família entrevistada, que descrevem o acompanhamento como “incondicional, excecional e maravilhoso”, ressaltando que se sentiram sempre muito apoiados. Ademais, acrescenta-se nesta discussão uma questão importante na literatura referente ao respeito pela autonomia e independência da família, de modo a não sobrecarregar o sistema familiar de respostas técnicas (Brown et al., 2015). Este fator parece ter sido tomado em consideração por estas profissionais, uma vez que o relato das coordenadoras, profissionais e família são convergentes neste quesito, destacando-se como exemplo a fala da Diretora do NIJ: “a relação entre a família de acolhimento e a criança necessitava de um espaço mais

descontaminado da parte técnica, porque já havia segurança e tinha que ser construída esta relação sem a presença do técnico”.

É evidente que um dos aspetos fulcrais do acolhimento familiar de jovens refugiados é a cultura e como os envolvidos se adaptam as suas diferenças. A partir dos relatos de todos os participantes, foi possível compreender como alguns hábitos e costumes foram integrados tanto pelos jovens quanto pelas famílias de acolhimento. Um exemplo claro foi a *inclusão dos hábitos alimentares dos jovens na rotina das famílias*. O facto de as famílias se mostrarem disponíveis para levá-los às compras e cozinharem receitas típicas são um indicativo de abertura e sensibilidade culturais destes pais. De facto, a literatura destaca a alimentação como uma das principais expressões culturais, sendo que o envolvimento dos jovens neste sentido é amplamente recomendado principalmente pelo enorme potencial de criação de um ambiente confiável e seguro para eles (Ni Raghallaigh & Sirriyeh, 2015; Sirriyeh, 2013), além de promover o sentimento de pertença (Bates et al., 2005; Wade et al., 2012). Um outro exemplo de integração das diferenças culturais, dessa vez por parte dos jovens, refere-se à *expressão de afeto pelo toque físico e abraços*. As profissionais destacam como este não era um hábito com o qual estavam acostumados, mas que ao longo do processo foi integrado após os jovens se darem conta desta diferença. Este é um aspeto interessante que indica o carácter bilateral, recíproco e flexível da integração das diferenças culturais, fator que a literatura associou ao sucesso do acolhimento (Luster et al, 2010; Van Holen et al., 2019).

Outros aspetos importantes que nos permitiram conhecer mais sobre a experiência e a adaptação dos jovens e famílias ao processo do acolhimento refere-se à *gestão da barreira linguística* e à *integração na comunidade*. No que concerne a primeira questão, a diferença de idiomas é uma das principais barreiras que se coloca no acolhimento familiar de menores refugiados (Van Holen et al., 2020), no entanto é interessante perceber que os relatos das participantes assumiram sempre uma perspetiva não focada no problema em si, mas em estratégias e ferramentas utilizadas para superar este desafio, destacando-se o uso das tecnologias de tradução e o auxílio dos voluntários da associação ucraniana. Além disso, foi interessante constatar como o humor assumiu um papel central no contexto dos erros de tradução: algo que poderia ser frustrante e stressante para os envolvidos, na verdade promoveu momentos de descontração e leveza.

Ainda em relação à gestão da diferença de idiomas, uma questão que diferencia esta experiência ucraniana das outras descritas na literatura internacional refere-se ao facto de que, no presente contexto, todos os envolvidos sempre encararam a estadia dos jovens em Portugal como curta e temporária, fazendo com que a aprendizagem do português não fosse vista como uma prioridade. Noutras realidades, uma vez que se coloca a questão da permanência ou estadia a longo prazo dos jovens refugiados, aprender o novo idioma é um dos aspetos mais importantes relacionados com a integração deste grupo na família e na sociedade (Crea et al., 2018).

No que diz respeito à integração na comunidade, as profissionais relataram uma grande abertura da comunidade local para integrar os jovens, mencionando diversas entidades e organizações, além das próprias pessoas que estavam próximas e prestaram o seu apoio aos jovens. De facto, este é um dos aspetos que reflete o quanto a sociedade estava mobilizada para acolher e integrar estes menores, algo que não é comumente encontrado na literatura sobre o tema. Andersson et al. (2021) ressaltam que o processo de integração pode ser dificultado uma vez que é elevada a probabilidade de que os jovens sofram estigmatização, discriminação e exclusão pela comunidade, dados os estereótipos negativos a eles associados. O que explicaria, então, esta diferença de realidades evidenciada a partir deste estudo? A hipótese que se coloca associa-se novamente ao facto de serem refugiados de um país ocidental e europeu e vítimas de uma causa que se tornou partilhada por uma esmagadora maioria de países.

No que diz respeito à experiência das profissionais, tanto os relatos das coordenadoras quanto das técnicas destacam o impacto da falta de tempo e da urgência do contexto em diferentes dimensões do trabalho. Uma das áreas que sofreu esta influência e que foi reconhecida também como um dos *principais desafios enfrentados*, foi a preparação profissional, a qual, de acordo com os relatos, teve que ser realizada na prática, ao longo do processo e à medida que as situações aconteciam. Dessa forma, faz sentido que uma das sugestões para práticas futuras elencadas por elas tenha sido justamente ter mais tempo de preparação de modo a realizarem um trabalho mais estruturado e menos “improvisado”. Ademais, discute-se como a falta de formação especializada para trabalhar neste contexto pode ter acentuado esta sensação de pressa e despreparo, dificultando a intervenção. De facto, a necessidade de formação específica no âmbito do acolhimento familiar de menores refugiados desacompanhados foi um fator muito mencionado pelas profissionais como um dos aspetos que poderiam melhorar no futuro, uma vez que este contexto apresenta especificidades relativamente ao acolhimento familiar regular.

Esta perspectiva é salientada pela literatura, que define que uma formação extensa das equipas em aspetos ligados ao trauma, diversidade e sensibilidade cultural, contexto migratório e estatuto dos refugiados é um fator imprescindível na garantia da qualidade do acompanhamento profissional no contexto do acolhimento (Roberto & Moleiro, 2021).

Uma perspectiva relevante à discussão refere-se a visão de uma das profissionais de que houve omissão das dificuldades e sentimentos das famílias de acolhimento, uma vez que ela tem a perceção de que os pais nunca verbalizaram as suas “verdadeiras dificuldades” à equipa. De acordo com Shklarski (2019), as famílias que se mostram disponíveis a buscar suporte profissional das agências que os acompanham tendem a desempenhar o seu papel de forma mais adequada e positiva, além de ser uma forma de evitar o burnout. Nesse sentido, discute-se como as famílias um e dois podem não se ter sentido confortáveis para procurar o suporte da equipa profissional sempre que precisaram, o que possivelmente fez com que ambas as famílias experienciassem desafios acrescidos neste processo, aspeto que poderá ter refletido na indisponibilidade de ambas para partilhar a sua experiência com a investigadora.

Por fim, em relação aos maiores desafios experienciados pelos jovens, além das dificuldades relacionadas com o contexto de guerra e refúgio em si, também foi citado o desafio de lidar com a adolescência num contexto de migração. Segundo Erikson (1976), esta fase do desenvolvimento é marcada pelo processo de construção da identidade, foco nas relações sociais, e a busca por um maior sentido de autonomia e independência. No entanto, é evidente como este contexto de adversidades da migração desacompanhada exponencia a insegurança e poderá configurar-se como um obstáculo à realização das tarefas desenvolvimentais, constituindo um fator de risco para a emergência de problemas de saúde mental nos jovens (Von Werthern et al., 2019). Sobre isso, cabe a discussão de um aspeto mencionado tanto pelas profissionais, quanto pela família entrevistada, que é a *ambivalência face ao regresso dos jovens*: por um lado eles estavam fisicamente seguros em Portugal, por outro, estariam melhor do ponto de vista emocional e da saúde mental se estivessem junto das suas famílias. O seguinte trecho da entrevista de uma das profissionais evidencia bem esta reflexão: “É a sobrevivência emocional sobre a sobrevivência física... Eles queriam estar com os pais, mesmo que isso os fizesse correr risco de vida, porque para eles era mais insuportável a dificuldade em sobreviver a esta experiência do ponto de vista emocional”.

Este aspecto ligado ao regresso precoce dos jovens devido à “dificuldade em sobreviver a esta experiência do ponto de vista emocional” faz surgir a seguinte questão: será que eles se adaptaram ao contexto do acolhimento e à vida em Portugal? Sobre isso, as profissionais apresentam alguns argumentos que sustentam uma resposta positiva a esta pergunta, como o *sorriso e o olhar tranquilo* que os jovens passaram a ter, bem como o facto de manterem contacto com a família de acolhimento mesmo após regressarem à Ucrânia.

Para finalizar a discussão, propusemos a sistematização de um esquema composto por duas partes: a primeira encontra-se ilustrada pela Figura 5, e refere-se à equação dos desafios específicos que a situação de jovens refugiados desacompanhados colocou ao contexto de trabalho no sistema da promoção e proteção, e, numa segunda parte, uma árvore de fatores importantes para dar uma resposta adequada ao desafio que equacionamos, favorecendo o acolhimento bem-sucedido (Figura 6).

Figura 5

Equação dos desafios específicos da situação dos jovens

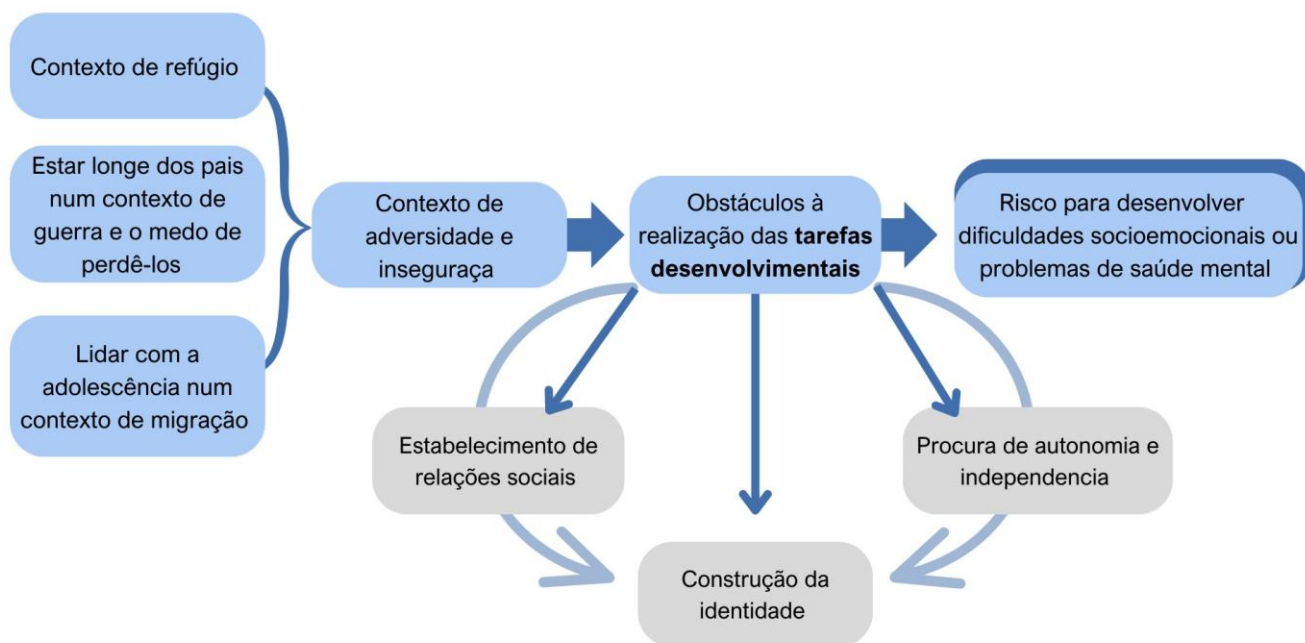
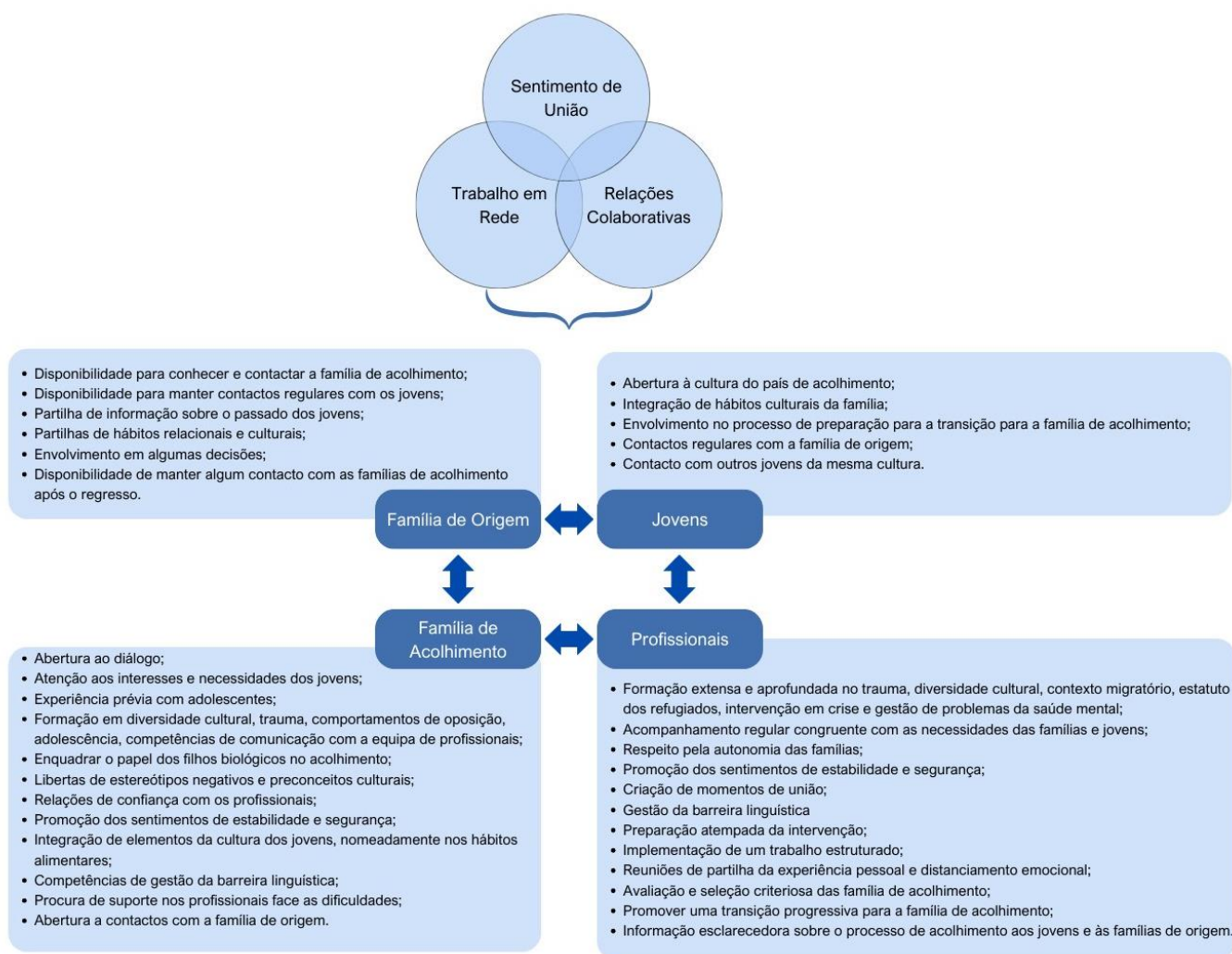


Figura 6

Fatores associados aos intervenientes para dar respostas aos desafios equacionados



Pretendemos com este esquema classificar os fatores importantes para o sucesso do acolhimento familiar, associados a cada interveniente no processo e que, consequentemente, nos ofereceram respostas para superar os desafios indicados no primeiro esquema.

A elaboração deste esquema visa facilitar a expansão das boas práticas para situações futuras, análogas à estudada, bem como, inspirar uma transferibilidade adaptada para situações de trajetórias diversas dos jovens refugiados desacompanhados, considerando diferentes nacionalidades e motivos da migração. Aliás, defendemos que o plano e práticas a implementar, será fundamental ser ajustado a cada caso, procurando considerar as necessidades específicas das crianças/jovens e potenciar os recursos entre todos os envolvidos.

Conclusão

1. Principais resultados e implicações para a prática

Este estudo teve como principal objetivo conhecer a primeira experiência de acolhimento familiar de jovens refugiados que chegaram a Portugal desacompanhados, a partir da perspetiva das profissionais que acompanharam o acolhimento, e das famílias portuguesas que acolheram os jovens. Para tal, foi utilizada uma metodologia qualitativa com recurso a entrevistas semiestruturadas elaboradas para o efeito. Os resultados permitiram-nos obter uma visão aprofundada de como foi o trabalho de acompanhamento realizado pelas profissionais, destacando-se o balanço positivo que fizeram do processo, apesar de todos os desafios enfrentados, nomeadamente o contexto de urgência e a falta de tempo para intervir de uma forma mais estruturada. Terminamos com a sistematização de um esquema de fatores que se destacaram como fundamentais para a garantia do sucesso do acolhimento e que nos mostram como diversas práticas implementadas pelas equipas profissionais e famílias já se encontravam validadas na literatura, como a integração das diferenças culturais, bem como a proteção e promoção do sentimento de segurança e estabilidade dos jovens, indicando a grande viabilidade da realização desta prática de acolhimento em Portugal.

Uma vez que esta foi a primeira experiência no contexto português, todos os resultados apresentam-se como relevantes já que permitiram conhecer um campo ainda não explorado. No entanto, destacam-se dois fatores que evidenciam a singularidade deste contexto, trazendo novos contributos ao conhecimento científico acerca do tema: os Contactos frequentes dos envolvidos com as famílias de origem, e a Identificação com o facto de serem europeus. O primeiro fator demonstrou a importância em diversos níveis de um interveniente muitas vezes desconsiderado nos processos destes jovens, mas que, neste caso, foi peça chave nas dinâmicas de trabalho, tendo sido percecionado um grande respeito pela autoridade destes pais por parte das profissionais e das famílias de acolhimento. Nesta realidade excecional, percebemos que esta prática colaborativa pode servir como um modelo replicável em outros contextos análogos, visando assegurar que o acolhimento seja feito de forma eficaz e benéfica para todos os envolvidos, com todas as importantes ressalvas da sua adequação às singularidades dos contextos de outros jovens.

Já o segundo fator nos chamou a atenção para as implicações que as nacionalidades destes jovens podem ter no futuro do acolhimento familiar. Resultados como este permitem perceber como as dinâmicas de discriminação e preconceito impactam e interferem nas medidas disponíveis ao nível do sistema de promoção e proteção, uma vez que pertencer à comunidade europeia foi evidentemente um fator que facilitou o acolhimento em diferentes níveis, e, em contrapartida, ser da África ou do Médio Oriente, por exemplo, pode ser um fator de risco que implica com dificuldades acrescidas, como demonstra a literatura. Isso nos levou a questionar de que forma é possível garantir que todas as crianças e jovens usufruam das melhores práticas independentemente do seu país de origem. A formação específica em torno da diversidade cultural e a inclusão de pessoas de diferentes culturas nas equipas de trabalho são exemplos de práticas que podem ser implementadas de modo a combater o preconceito e os estereótipos negativos presentes no contexto de trabalho com esta população.

Nesse sentido, é fundamental salientar que percebemos que o contexto específico desta intervenção teve como base uma narrativa generalizada da sociedade a favor da solidariedade pela causa em questão, que influenciou a motivação das profissionais e famílias para o processo, bem como a abertura da comunidade aos jovens acolhidos: pareciam todos os ventos estar a soprar na mesma direção, criando um forte empenho e envolvimento da parte de todos. Assim, fica aberta a questão de como será possível atuar nos contextos nos quais não há essa consonância, de modo a não invisibilizar as trajetórias de outros jovens.

2. Limitações e investigações futuras

É essencial reconhecer as limitações deste estudo, as quais inibiram um conhecimento ainda mais aprofundado das situações difíceis, bem como, o caráter holístico de todos os envolvidos, devido a não ter sido possível entrevistar as outras duas famílias que acolheram os jovens por conta da sua indisponibilidade, nem os próprios jovens e as suas famílias em si. A ausência dessas perspetivas certamente comprometeu a compreensão da experiência do acolhimento, uma vez que foi necessário recorrer às narrativas de terceiros para conhecer as vivências destas famílias. Assim, é essencial que estudos futuros incluam um espectro mais abrangente de participantes, a fim de obter uma compreensão ainda mais completa e holística

do tema em questão. Destaca-se, nesse sentido, que ouvir a voz dos jovens deve ser uma prioridade no futuro da investigação, uma vez que eles devem ser os protagonistas das práticas e processos.

A partir dos resultados discutidos e sistematizados no esquema, evidenciamos a importância de formações extensas e aprofundadas, tanto para as famílias de acolhimento quanto para as profissionais, que incluam aspetos específicos dos contextos migratórios dos refugiados. Dessa forma, um dos focos das investigações futuras neste domínio poderá incidir sobre as perspetivas dos profissionais e famílias acerca das suas formações, de modo a elaborar e validar modelos que garantam um impacto positivo no contexto do acolhimento familiar.

Mesmo que este tenha sido um contexto excecional, os resultados obtidos oferecem contribuições significativas para a prática de acolhimento de jovens refugiados desacompanhados em Portugal. Aprendemos sobre o sistema de acolhimento do nosso país, verificamos diversas práticas congruentes com a literatura internacional sobre o tema, aspeto louvável pelo facto de esta ter sido a primeira experiência portuguesa, e mapeamos dificuldades que poderão orientar o trabalho em situações futuras na direção do contínuo aprimoramento das práticas familiares e profissionais. Além disso, foi identificada uma diversidade de estratégias eficazes que possibilitou a adaptação e a integração das diferenças culturais, ultrapassando algumas barreiras e desafios.

Resultados promissores como estes são um reflexo do intenso trabalho e envolvimento dos intervenientes neste contexto, e configuram-se como um forte encorajamento para prosseguir com a capacitação e o desenvolvimento de boas práticas no âmbito do acolhimento de jovens refugiados desacompanhados em Portugal.

Referências

- Allport, G. (1954). *The Nature of Prejudice*. Addison-Wesley.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1951). *Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados*.
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- Andersson, E. S., Skar, A. M. S., & Jensen, T. K. (2021). Unaccompanied refugee minors and resettlement: Turning points towards integration. *European Journal of Social Psychology*, 51(3), 572-584. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2761>
- Bates, L., Baird, D., Johnson, D. J., Lee, R. E., Luster, T., & Rehagen, C. (2005). Sudanese refugee youth in foster care: the "lost boys" in America. *Child Welfare League of America*, 84(5), 631-648. <http://www.jstor.org/stable/45398736>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brown, J.D., Rodgers, J. & Anderson, L. (2015) Roles of Foster Parent Resource Workers. *J Child Fam Stud* 24, 1551–1558. <https://doi.org/10.1007/s10826-014-9959-7>
- Carranza, M. E. (2018). International social work: Silent testimonies of the colonality of power. *International Social Work*, 61(3), 341-352. <https://doi.org/10.1177/0020872816631598>
- Correio da Manhã. (2022). *Santa Casa organiza integração de menores refugiados*.
<https://www.cmjornal.pt/c-studio/especiais-c-studio/por-boas-causas/detalhe/santa-casa-organiza-integracao-de-menores-refugiados>

- Chase, E., Knight, A., & Statham, J. (2008). *The emotional well-being of unaccompanied young people seeking asylum in the UK*. British Association for Adoption and Fostering. https://childhub.org/sites/default/files/library/attachments/613_637_EN_original.pdf
- Crawley, H. (2009). 'No one gives you a chance to say what you are thinking': finding space for children's agency in the UK asylum system. *Area*, 42(2), 162-169. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2009.00917.x>
- Crea, T. M., Lopez, A., Taylor, T., & Underwood, D. (2018). Unaccompanied migrant children in the United States: Predictors of placement stability in long-term foster care. *Children and Youth Services Review*, 73, 93–99. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.12.009>.
- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014>
- Delgado, P., Lopez, M., Carvalho, J., & Del Valle, J. (2015). Acolhimento familiar em Portugal e Espanha: Uma investigação comparada sobre a satisfação dos acolhedores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 840-849. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528423>
- Derluyn, I., & Broekaert, E. (2007). Different perspectives on emotional and behavioural problems in unaccompanied refugee children and adolescents. *Ethnicity and health*, 12(2), 141-162. <https://doi.org/10.1080/13557850601002296>
- Erikson, E. (1976). *Infância e sociedade*. (1ed) Zahar Editores.
- Estoura, D., & Roberto, S. (2019). The RAISE model: psychosocial intervention in residential care for refugee unaccompanied minors. *Residential Treatment for Children & Youth*, 36(2), 102-117. <https://doi.org/10.1080/0886571X.2018.1560715>

- Evans, K., Culley, D., & Crea, T. M. (2022). The Role of the Foster Care Agency and Foster Parents in the Lives of Children who are Unaccompanied Immigrants from Central America. *Child Welfare*, 100(4), 67-88. <https://web.s.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=de069eb4-4d6f-4c1f-8f55-692fa81923e3%40redis>
- Fazel, M., Reed, R. V., Panter-Brick, C., & Stein, A. (2012). Mental health of displaced and refugee children resettled in high-income countries: Risk and protective factors. *The Lancet*, 379(9812), 266–282. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60051-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60051-2)
- Firat, M., & Ataca, B. (2022). Does perceived cultural distance mediate the relationship between intergroup contact and support for refugee rights? A preliminary investigation. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 32(1), 57-72. <https://doi.org/10.1002/casp.2536>
- Gimeno-Monterde, C., & Mendoza-Pérez, K. (2022). Making the Family Relationships of the Unaccompanied Youth Visible: An Opportunity to Include a New Actor in Children Care. *Residential Treatment for Children & Youth*, 1-23. <https://doi.org/10.1080/0886571X.2022.2101581>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Princípio.
- Hawaz, N. (2023). Solidarity in Ukrainian Refugee Protection: A Neglected Lesson of Refugee Response in the Horn of Africa: What AU and IGAD can Offer? *Journal of African Union Studies*, 12(2), 25-41. <https://doi.org/10.31920/2050-4306/2023/12n2a2>
- Iberi, D., & Saddam, R. (2022). Media Framing of Refugees: Juxtaposing Ukrainian and African Refugees in the Wake of Russia-Ukraine Conflict. *Journal of Central and*

Eastern European African Studies, 2(4), 48-63.

<https://doi.org/10.59569/jceas.2022.2.4.115>

Instituto de Segurança Social (2022). *CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>

Kalverboer, M., Zijlstra, E., Van Os, C., Zevulun, D., Ten Brummelaar, M., & Beltman, D. (2017). Unaccompanied children in the Netherlands and the care facility in which they flourish best. *Child and Family Social Work*, 22(2), 587–596. <https://doi.org/10.1111/cfs.12272>.

Kohli, R. K. (2011). Working to ensure safety, belonging and success for unaccompanied Asylum-seeking children. *Child Abuse Review*, 20(5), 311-323. <https://doi.org/10.1002/car.1182>

Lee, M. M., Lee, R. E., Troupe, F. Y., & Vennun, A. V. (2010). Voices of foster parents of Sudanese refugee youths: Affirmations and insights. *International Social Work*, 53(6), 807–821. <https://doi.org/10.1177/0020872809358396>

Lei n.º 147/99 da Assembleia da República. (1999). Diário da República: I série, n.º 204 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>

Lei n.º 27/2008 da Assembleia da República. (2008). Diário da República: I série, n.º 124 <https://files.dre.pt/1s/2008/06/12400/0400304018.pdf#1>

Lei n.º 26/2014 da Assembleia da República. (2014). Diário da República: I série, n.º 85 <https://files.dre.pt/1s/2014/05/08500/0260602637.pdf#1>

- Luster, T., Qin, D., Bates, L., Rana, M., & Lee, J. A. (2010). Successful adaptation among Sudanese unaccompanied minors: Perspectives of youth and foster parents. *Childhood*, 17(2), 197-211. <https://doi.org/10.1177/0907568210365664>
- Marta, J. (2021), Refugiados menores desacompanhados na União Europeia: Breve análise das limitações dos métodos de avaliação de idade e do mecanismo europeu de recolocação. *Observatório das Migrações*, 17, 27-46. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/RM+%2317+pp+2746.pdf/01f0a82-1013-431f-ac2b-7a60b41086ee>
- Ní Raghallaigh, M. (2013). *Foster care and supported lodgings for separated asylum seeking young people in Ireland: The views of young people, carers and stakeholders*. Barnardos and the Health Service Executive. <https://knowledge.barnardos.ie/server/api/core/bitstreams/08f09916-893b-4c0b-9862e530555ca7d5/content>
- Ni Raghallaigh, M., & Sirriyeh, A. (2015). The negotiation of culture in foster care placements for separated refugee and asylum seeking young people in Ireland and England. *Childhood*, 22(2), 263-277. <https://doi.org/10.1177/0907568213519137>
- Oliveira, C. R. (2020). *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal: Relatório do Asilo 2020*. Observatório das Migrações, ACM, IP. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c>
- O'Higgins, A., Ott, E. M., & Shea, M. W. (2018). What is the impact of placement type on educational and health outcomes of unaccompanied refugee minors? A systematic review of the evidence. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 21, 354–365. <https://doi.org/10.1007/s10567-018-0256-7>

- Roberto, S., & Moleiro, C. (2021). *De menor a maior: acolhimento e autonomia de vida em menores não acompanhados* (1ed). Observatório das Migrações. https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=&id=jhsvEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=de+menor+a+maior&ots=qUnfl_0iBv&sig=aAeZWLRtbyUf_vootZtikiKPzes#v=onepage&q=de%20menor%20
- Roche, S., & Noble-Carr, D. (2017). Agency and its constraints among biological children of foster carers. *Australian Social Work*, 70(1), 66-77. <http://dx.doi.org/10.1080/0312407X.2016.1179771>
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo* <https://www.sef.pt/en/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>
- Shklarski, L. (2019). Foster parent skills and dilemmas: A qualitative study. *Child Welfare*, 97(2), 41-62. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/foster-parent-skills-dilemmas-qualitative-study/docview/2264892910/se-2>
- Sirriyeh, A. (2013). Hosting strangers: Hospitality and family practices in fostering unaccompanied refugee young people. *Child & Family Social Work*, 18(1), 5–14. <https://doi.org/10.1111/cfs.12044>
- Trenson, R., Vanderfaeillie, J., Thiele, A. K., Trogh, L., & Van Holen, F. (2023). Research into unaccompanied refugee minors in family foster care: Promoting adaptive functioning? *Child & Family Social Work*, 28(1), 86-95. <https://doi.org/10.1111/cfs.12943>
- United Nations Committee on the Rights of the Child. (2005). *General comment No. 6: Treatment of unaccompanied and separated children out-side their country of origin*. <https://www.refworld.org/docid/42dd174b4.html>

- United Nations High Commissioner for Refugees. (2008). *Guidelines on Determining the Best Interests of the Child*. <https://www.unhcr.org/protection/children/4566b16b2/unhcr-guidelines-determining-best-interests-child.html>
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2022). *Global Trends Forced Displacement in 2022*. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>
- Van Holen, F., Trogh, L., Carlier, E., Gypen, L., & Vanderfaeillie, J. (2020). Unaccompanied refugee minors and foster care: A narrative literature review. *Child & Family Social Work*, 25(3), 506-514. <https://doi.org/10.1111/cfs.12716>
- Van Holen, F., Trogh, L., West, D., Meys, N., & Vanderfaeillie, J. (2019). Concept mapping the needs of Flemish nonkinship foster parents who care for unaccompanied refugee minors. *Children and Youth Services Review*, 96, 84-92. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.11.043>
- Von Werthern, M., Grigorakis, G., & Vizard, E. (2019). The mental health and wellbeing of Unaccompanied Refugee Minors (URMs). *Child abuse & neglect*, 98, 104146. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104146>
- Wade, J., Sirriyeh, A., Kohli, R., & Simmonds, J. (2012). *Fostering unaccompanied asylum-seeking young people*. BAAF. <https://www.york.ac.uk/inst/spru/research/pdf/FosterUAS.pdf>

Anexos

Anexo A – Guião de entrevista semiestruturada para as coordenadoras

Guião de entrevista semiestruturada sobre o acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados - Versão para coordenadoras das equipas de profissionais

(Natália Almeida & Margarida R. Henriques)

FPCEUP, 2023

Começo por agradecer a disponibilidade de participar nesta entrevista e colaborar com este projeto de investigação. Conforme explicado no consentimento informado, esta entrevista tem como objetivo obter informações acerca do funcionamento do processo de acolhimento familiar de menores refugiados desacompanhados, bem como conhecer a vossa experiência neste contexto. Assim, toda a informação que puderem partilhar comigo será de toda a importância.

A ideia será conversarmos acerca do acolhimento familiar das crianças ucranianas que chegaram a Portugal, refletindo sobre questões relacionadas ao processo de avaliação e seleção das famílias, sobre o *matching* entre famílias e crianças que chegaram, bem como sobre a preparação destas crianças, a influência dos fatores culturais e a vossa perspetiva acerca das experiências das famílias, crianças e dos profissionais das equipas que estiveram no terreno.

Colocarei algumas questões que abordam estas temáticas, mas sintam-se à vontade para falarem sobre estes tópicos como melhor entender.

Gostaria de esclarecer alguma questão? Acha que podemos começar?

Grupo 1: Procedimentos para preparação de famílias de acolhimento (trabalho de formação, avaliação, seleção das famílias, matching, preparação das crianças/jovens e acompanhamento das famílias de acolhimento) e de preparação da equipa de profissionais para estes processos.

Introdução às questões do G1: Gostaria que começássemos esta entrevista, por falar sobre os procedimentos que vocês definiram para dar resposta ao desafio do acolhimento familiar de crianças/jovens ucranianos que estaria previsto chegarem a Portugal, abordando questões relacionadas com o modo como decorreu o processo de formação, avaliação, seleção e preparação das famílias, a preparação das crianças e o acompanhamento da família após a chegada, bem como, como prepararam a equipa para trabalhar neste processo.

1. Como me pode descrever o processo de acolhimento familiar dos jovens ucranianos desde as campanhas até a seleção das famílias (o matching com a criança/jovem em particular)?
2. Como estava pensado o processo de acompanhamento das famílias após a chegada da criança/jovem, os contactos com família de origem, caso existisse, e a finalização do acolhimento?
3. O que estava previsto para a preparação da criança e a sua integração na comunidade?
4. Comparando com o acolhimento familiar de crianças portuguesas, quais as principais semelhanças e diferenças nas várias etapas do processo?
5. Como ocorreu o processo de preparação dos próprios profissionais e de organização das suas práticas?

Grupo 2. Descrição de como decorreram as experiências de acolhimento familiar das crianças/jovens ucranianos em Portugal

Questão aberta G2: Agora vou então pedir-lhe, que me descreva o processo do acolhimento familiar das crianças/jovens ucranianos que foram, até ao momento, recebidos em Portugal, no contexto da vossa instituição.

6. Como ocorreu o processo de *matching* entre as famílias e jovens?
7. Quando se iniciou o envolvimento da equipa dos profissionais com o contexto da chegada das crianças ucranianas?
8. Como foi o processo de preparação dos jovens para o acolhimento?
9. Como ocorreram as primeiras articulações para dar início ao processo de recepção das crianças/jovens por parte das famílias de acolhimento?
10. Como foram geridos os contactos com as famílias de origem?
11. Como foram geridas as dificuldades de compreensão linguística com as crianças/jovens?
12. Como foi prestado o suporte às famílias após a chegada dos jovens?
13. Quais os principais desafios que encontraram nos acompanhamentos?
14. Como decorreu a integração da criança na comunidade?
15. Como emergiu a decisão de finalizar o acolhimento dessas crianças?
16. Como ocorreu a despedida, que procedimentos seguiram e como geriram a experiência dos vários intervenientes, das crianças que partiram, das crianças das famílias que acolheram e do casal que acolheu?
17. Quais diriam que nestes casos foram as principais diferenças entre estes processos e os processos de acolhimento familiar com crianças/jovens portugueses?

Grupo 3: Experiência pessoal, reflexão e balanço enquanto profissional das experiências de acolhimento familiar das crianças/jovens ucranianos.

Questão aberta G3: Uma questão importante que gostaria de fazer é acerca da sua experiência pessoal enquanto profissional que coordenou os processos de acolhimento, abordando quais foram os maiores desafios, as melhores experiências de desempenho profissional, e como acredita que foi esta experiência para as famílias de acolhimento, as profissionais das equipas, para as crianças e as famílias biológicas?

18. Quais foram os principais desafios que encontrou ao longo em todo o processo de acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados?
19. Na sua perspetiva como foi a experiência da equipa de profissionais que esteve em contacto direto com as famílias e crianças? Como aprecia o seu desempenho, quais as maiores dificuldades que encontraram, quais as soluções e boas práticas que apresentaram?
20. E como foi, na sua opinião, a experiência para as famílias de acolhimento?
21. Tem alguma ideia de como terá sido a experiência para a família biológica?
22. Na sua opinião como foi a experiência das crianças e dos jovens?
23. Para si, na sua própria experiência pessoal, quais foram os momentos mais gratificantes ao longo de todo o processo?
24. Quais diriam que foram as limitações e potencialidades deste processo?
25. Finalmente, que balanço faz da vossa experiência? Quais as suas sugestões para situações futuras, o que será de reproduzir e o que poderá haver a alterar?

Grupo 4: Reflexão acerca da influência de diferentes nacionalidades e dos fatores culturais no acolhimento familiar de refugiados menores desacompanhados

Questão aberta G4: Finalmente, considerando o aumento dos conflitos internacionais e, consequentemente, da população de menores refugiados desacompanhados, é provável que Portugal venha a receber um número cada vez maior de crianças de diferentes nacionalidades (e.g. síria, iraniana, sudanesa, paquistanesa) neste estatuto.

Pensando nisso, gostaria de a ouvir acerca de quais serão as implicações dessas diferentes situações para todo o processo do acolhimento familiar português no nosso país? Em que medida os processos de avaliação, preparação das famílias, *matching* e acompanhamento das famílias e crianças/jovens terão que ser diferentes e quais desafios que poderão surgir?
(Procedimento: Esta será a questão base a lançar e em função da resposta, ir explorando as sub-questões abaixo para aprofundar o que for dito ou pedir para ser acrescentado)

26. De que forma acham que seria diferente se os jovens fossem de outras nacionalidades, e provenientes de outros conflitos pré-existentes ou outros motivos que levam à situação de refugiados?
27. Em que medida considera que o processo de avaliação, formação, matching e acompanhamento das famílias teria de ser diferente?
28. Considera que a família precisaria de outras competências específicas para acolher essas crianças/jovens?
29. Considera que haveria desafios específicos no que toca a integração na família e, especificamente, na comunidade (por ex. na escola e noutras atividades)?

Finalização

Há mais algum aspeto que gostariam de referir? Alguma sugestão ou comentário que nos queira deixar, antes de terminarmos?

Foi muito enriquecedor ouvi-la e queria agradecer muito todo o tempo que dispensou e a grande contribuição que deu para este trabalho.

Anexo B - Guião de entrevista semiestruturada para famílias de acolhimento

Guião de entrevista semiestruturada sobre o acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados - Versão para as famílias de acolhimento

(Natália Almeida & Margarida R. Henriques)

FPCEUP, 2023

Começo por agradecer a disponibilidade de participar nesta entrevista e colaborar com este projeto de investigação. Conforme explicado no consentimento informado, esta entrevista tem como objetivo obter informações acerca do funcionamento do processo de acolhimento familiar de menores refugiados desacompanhados, através da sua experiência neste contexto. Assim, toda a informação que possa partilhar comigo será da máxima importância para o nosso estudo, contribuindo para enriquecer o conhecimento neste domínio e melhorar práticas de acolhimento no futuro.

A ideia será conversarmos acerca do acolhimento familiar das crianças ucranianas que chegaram em Portugal, refletindo sobre o processo prévio de avaliação e formação em que as famílias de acolhimento estiveram envolvidas, sobre a influência do fator cultural nos procedimentos, sobre a vossa preparação para o acolhimento, a vossa opinião sobre aqueles que possam ser os “facilitadores” e as “barreiras” para o sucesso do acolhimento, bem como sobre a sua experiência enquanto familiar que acolheu os jovens ucranianos. Colocarei algumas questões que abordam estas temáticas, mas sinta-se à vontade para falar sobre estes tópicos como melhor entender.

Gostaria de colocar alguma questão? Acha que podemos começar?

Grupo 1: Questões relacionadas com o momento pré-acolhimento.

Questão aberta G1: Gostaria que começasse por me falar sobre como foi o processo prévio ao acolhimento, quais as motivações para se terem inscrito, como foi o processo de avaliação das famílias, seleção e formação pelo qual passaram.

1. Já alguma vez haviam pensado em candidatar-se a família de acolhimento?
2. Qual foi a principal motivação para se terem inscrito?
3. O que acharam do processo de avaliação pelo qual passaram?

4. Como souberam que tinham sido selecionados e como foi para si receber essa notícia?
5. Como foram preparados para o acolhimento? O que achou da formação?
6. Como se prepararam a si próprios para receber estes jovens?
7. Como se passou o momento de pré-acolhimento, como souberam que iriam receber uma criança e quanto tempo antes da criança chegar?
8. Houve algum momento em que pensaram em desistir?

Grupo 2: Experiência durante o acolhimento.

Questão aberta G2: Gostaria que me contassem agora sobre como foi a vossa experiência como família de acolhimento... desde os aspetos mais objetivos como quantas crianças receberam, quanto tempo durou o acolhimento, até quais foram os maiores desafios e os momentos mais marcantes...

9. Como foi a chegada da(s) criança(s)/jovem(jovens)? Tiveram que articular com profissionais de outras equipas aquando a chegada da criança?
10. Como se adaptaram todos vocês ao novo membro da vossa casa?
11. Como ocorreram os contactos com a família biológica ao longo deste processo?
12. Como diria que foi a vossa relação com a família Ucrâniana?
13. A vossa família alargada também participou no processo?
14. Como foi o momento de despedida e partida destes jovens?

NO CASO DA FAMÍLIA TER FILHOS:

15. Como acham que foi toda esta experiência para o(s)/a(s) vosso(s)/vossa(s) filho(s)/a(s)?

G2.1 Quais diriam que foi o maior desafio e os momentos mais marcantes? Para responder a estas questões que passarei a colocar por partes, pedia que cada um pensasse para si e me respondesse de acordo com a que foi a sua experiência.

16. Qual consideram terem sido os maiores desafios ao longo deste processo?

17. Recordando a situação com o máximo de detalhe, ia lhe pedir para me falar de um momento que tenha sido para si especialmente difícil, negativo, penoso?
18. E agora, vou pedir-lhe que se procure lembrar de um momento que foi especialmente bom, positivo, marcante?

Grupo 3: Reflexão sobre a experiência dos jovens e a sua integração na comunidade

Questão aberta G3: Nós já conversámos um bocado sobre a vossa experiência, gostava agora que me falassem da experiência dos jovens que acolheram. Como acham que foi para eles estar a viver em vossa casa?

19. Como imagina que foi para as crianças a experiência de viver na vossa casa?
20. Gostaria que me falassem um pouco sobre o/a _____.
21. Consideram que o/a _____ estava preparado para o acolhimento? (Por ex. sabia o que significava esta medida, conhecia suas opções de futuro).
22. Como ocorreu a comunicação com esta criança?
23. Como foi a adaptação deles em geral, a adaptação aos vossos hábitos alimentares, horários, etc.?
24. Quais foram os principais sinais de adaptação que percebeu, ou seja, quando começaram a sentir que estavam adaptados?
25. Em que momento sentiram que o/a _____ estava integrado na família?
26. Em que momento sentiram que o/a _____ estava integrado na comunidade?
27. Em que medida identificou sinais de desadaptação da parte da criança?
28. A criança foi inserida no contexto escolar?
 - a. Se sim, como correu essa experiência?

G3.1 Como foi o apoio/suporte dado pela equipa de profissionais que vos acompanhou?

29. Em que medida sentiram-se apoiados pela equipa? Qual a periodicidade, o modo de o fazer, em que aspetos incidia o acompanhamento, acha que mais a vocês ou à criança/jovem?
30. Quais considera terem sido os pontos mais fortes do suporte dado pelas profissionais?
31. E quais considera terem sido as falhas no acompanhamento ou aspetos negativos e que sugestões daria para que as práticas profissionais melhorassem?

Grupo 4: Reflexão sobre as barreiras e facilitadores para o sucesso do acolhimento.

Questão aberta G4: Uma outra questão que gostava que me falassem relaciona-se com os fatores que consideram que facilitaram ou dificultaram o sucesso do acolhimento.

- 32. Quais os aspetos que acha que foram importantes para o sucesso do acolhimento?
- 33. Quais aspetos consideram que dificultaram o acolhimento?

Grupo 5: Disponibilidade para continuarem a ser família de acolhimento e reflexão acerca das diferentes nacionalidades.

Questão aberta G5: Finalmente, gostaria que refletissem acerca das vossas expectativas em relação ao futuro... Após esta experiência enquanto família de acolhimento gostaria que me falassem se pretendem acolher mais crianças, se estariam disponíveis para acolher crianças refugiadas de outras nacionalidades, se consideram que haveria diferenças no acolhimento em função da nacionalidade da criança...

- 34. Pensam voltar a candidatar-se para acolher mais crianças?
- 35. Estariam dispostos a acolher jovens refugiados de outras nacionalidades?
- 36. Consideram que precisariam de competências específicas para acolher estes outros jovens refugiados?
- 37. Há alguns países ou motivos do acolhimento associados à situação desses países que seriam para vocês um impedimento ao acolhimento?
- 38. Estariam dispostos a acolher crianças/jovens portugueses?
- 39. Se soubessem de uma família que iria ter a sua primeira experiência de acolhimento de uma criança/jovem refugiada desacompanhada vinda da Ucrânia que conselhos lhe daria?

Finalização

Há mais algum aspeto que gostariam de referir? Alguma sugestão que nos queiram deixar, ou comentário que queiram fazer antes de terminarmos a entrevista?

Foi muito enriquecedor ouvi-los e queria agradecer muito todo o tempo que dispensaram e a grande contribuição que deram para este trabalho

Anexo C - Guião de entrevista semiestruturada para as profissionais

Guião de entrevista semiestruturada sobre o acolhimento familiar de crianças/jovens refugiados - Versão para as profissionais

(Natália Almeida & Margarida R. Henriques)

FPCEUP, 2023

Começo por agradecer a disponibilidade de participar nesta entrevista e colaborar com este projeto de investigação. Conforme explicado no consentimento informado, esta entrevista tem como objetivo obter um conhecimento aprofundado do processo de acolhimento familiar de menores refugiados desacompanhados, bem como conhecer a sua experiência neste contexto. Assim, toda a informação que possa partilhar comigo será da máxima importância.

A ideia será conversarmos acerca do acolhimento familiar das crianças ucranianas que chegaram a Portugal, refletindo sobre o processo de avaliação e seleção das famílias, a influência do fator cultural nos procedimentos, a preparação dos jovens para o acolhimento, os facilitadores e barreiras para o sucesso do acolhimento, bem como sobre a sua experiência enquanto profissional que acompanhou as famílias e jovens no terreno. Tal como disse, irei gravar a nossa conversa e colocarei algumas questões que abordam estas temáticas, mas sinta-se à vontade para falar sobre estes tópicos como melhor entender.

Gostaria de esclarecer alguma questão? Acha que podemos começar?

Apresentação da entrevistada e sua trajetória profissional.

Questão aberta: Vou começar por lhe pedir para se apresentar, contando-me um pouco da sua história profissional e a sua trajetória no contexto de promoção e proteção de crianças e adolescentes.

1. Há quanto tempo trabalha nesta equipa?
2. Possui experiências prévias de trabalho no contexto de promoção e proteção de crianças e adolescentes?
 - a. Se sim, quais?
3. Teve já alguma experiência de voluntariado? (Se sim, descrição dessas experiências)

Grupo 1: Descrição do acolhimento familiar que acompanhou: **Envolvimento nos procedimentos de preparação da equipa e nos procedimentos de avaliação, seleção e preparação das famílias; preparação dos jovens.**

Questão aberta G1: Agora, gostaria que me falasse sobre o seu envolvimento nos procedimentos relacionados com o acolhimento familiar dos jovens ucranianos que chegaram a Portugal, abordando questões relacionadas com o modo como a equipa foi preparada para trabalhar neste contexto, como se preparou a si própria e qual o papel que desempenhou nos processos de avaliação, seleção e preparação das famílias e preparação das crianças.

4. Como ocorreu o processo de preparação da equipa de profissionais para trabalhar neste contexto?
5. Como se preparou a si própria para trabalhar neste contexto?
6. Gostaria que me fizesse um resumo do acolhimento:
 - a. quando ocorreu?
 - b. quanto tempo durou?
 - c. a composição da família?
 - d. a idade da criança/do jovem?
 - e. Como é que a criança reagiu na chegada em relação a cada elemento da família?
 - f. Como se concretizou o vosso acompanhamento à família (pelo telefone, presencial, periodicidade, momentos a sós com a criança, ou com os pais ou sempre em família)?

- g. O que levou à finalização do acolhimento?
 - h. Como foi conduzido o processo de despedida e partida da criança?
7. Quais foram exatamente as suas funções em todo o processo de acolhimento familiar, desde antes da chegada de crianças, até ao momento da sua partida?
- a. Como acha que a família se encontrava preparada e qual foi o seu envolvimento no processo de preparação da família para o acolhimento?
 - b. Como foram preparadas a(s) criança(s)/jovens para o acolhimento e qual o seu papel nessa preparação?
8. Num balanço geral, como diria que correu este acolhimento?

Grupo 2: Experiência pessoal, reflexão e balanço enquanto profissional, bem como as percepções acerca das experiências dos outros intervenientes do processo de acolhimento.

Questão aberta G3: Uma questão importante que gostaria de abordar consigo é acerca da sua experiência pessoal enquanto profissional que acompanhou de perto este caso, bem como sobre as suas as percepções acerca das experiências dos outros intervenientes envolvidos no acolhimento.

G2.1 Como acha que foi esta experiência para a família de acolhimento?

- 9. Como foi a comunicação entre criança e família? E como superaram uns e outros o facto de não conhecerem a língua uns dos outros?
- 10. Quais acha que foram os maiores desafios para a família?
- 11. Quais foram as estratégias da família para lidar com as dificuldades?

G2.2 Como acha que foi esta experiência para a criança?

- 12. Como foi a comunicação com esta criança?
- 13. Como foi a adaptação alimentar?
- 14. Quais foram os principais sinais de adaptação que percebeu?
- 15. Em que medida identificou sinais de desadaptação da parte da criança?
- 16. A criança foi inserida no contexto escolar?
 - a. Se sim, como correu essa experiência?

17. Considera que houve integração na comunidade?
- a. Se sim, poderia descrever um episódio que retrate esta integração?

G2.3 Como acha que foi esta experiência para a família biológica?

18. Como foram mantidos os contactos entre a criança e a sua família biológica?
19. Em que medida considera que foi importante o envolvimento da família biológica ao longo do processo de acolhimento?

G2.4 Como foi a sua experiência enquanto profissional no contexto do acolhimento familiar dos jovens ucranianos que chegaram a Portugal?

20. Quais foram os maiores desafios para si neste processo?
21. Que coisas mais a impressionaram nesta experiência?
22. Em que medida sentiu que tinha as ferramentas necessárias à intervenção requerida?
23. Poderia contar-me uma experiência concreta que tenha sido:
- a) Uma experiência de insucesso ou de grande dificuldade, que viveu como algo mesmo negativo?
- b) Agora, uma experiência de “um ponto alto” do desempenho profissional neste processo ou de algum momento que a marcou muito positivamente neste processo?

Grupo 3: Balanço da experiência, aspetos a manter e a mudar, sugestões para uma próxima situação.

Questão aberta G3: Agora, gostaria que pudesse refletir de forma integrada sobre todo o processo, fazendo uma espécie de balanço da sua experiência. Tente pensar naquilo que acha que são os pontos fortes e as limitações do processo, aspetos que considera que se devem manter ou aqueles que se devem mudar, bem como sugestões para outras equipas que, no futuro, venham a acompanhar famílias e crianças neste contexto.

24. Quais considera os pontos fortes desse processo?
25. Quais considera as limitações desse processo?

26. Pontos a mudar e a manter?
27. Que comentário deixaria a uma outra pessoa que fosse acompanhar famílias e crianças neste contexto no futuro?
28. Se pudesse, gostaria de repetir esta experiência?

Grupo 4: Perspetiva acerca dos fatores culturais, barreiras e facilitadores para o sucesso do acolhimento.

Questão aberta G4: Gostaria que refletisse sobre a influência da questão cultural neste contexto, pensando sobre as principais diferenças e semelhanças em relação aos procedimentos realizados no contexto do acolhimento familiar de crianças portuguesas. Gostava também que tentasse identificar fatores que tenham sido barreiras ou facilitadores para o sucesso do acolhimento.

29. Quais considera que tenham sido as implicações do fator cultural ao longo deste processo? Ou seja, quais as principais semelhanças e diferenças entre este processo com os jovens ucranianos e o processo padrão com os jovens portugueses?
30. No contexto deste processo quais diria que foram as barreiras para o sucesso do acolhimento?
31. No contexto deste processo quais diria que foram fatores facilitadores para o sucesso do acolhimento?

Grupo 5: Reflexão acerca da influência de diferentes nacionalidades e dos fatores culturais no acolhimento familiar de refugiados menores desacompanhados.

Questão aberta G5: Finalmente, considerando o aumento dos conflitos internacionais e, conseqüentemente, da população de menores refugiados desacompanhados, é provável que Portugal venha a receber um número cada vez maior de crianças de diferentes nacionalidades (e.g. síria, iraniana, sudanesa, paquistanesa) neste estatuto.

Pensando nisso, gostaria que pudesse refletir sobre quais seriam as implicações disso no contexto do acolhimento familiar, se os processos de avaliação e preparação das famílias teriam que ser diferentes e quais os maiores desafios que poderão surgir?

(Procedimento: Esta será a questão base a lançar e em função da resposta, ir explorando as sub-questões abaixo para aprofundar o que for dito ou pedir para ser acrescentado)

32. De que forma acham que seria diferente se os jovens fossem de outras nacionalidades, e provenientes de outros conflitos pré-existentes ou outros motivos que levam à situação de refugiados?
33. Em que medida considera que o processo de avaliação, formação, matching e acompanhamento das famílias deveria ser diferente?
34. Considera que a família precisaria de outras competências específicas para acolher essas crianças/jovens?
35. Considera que haveria desafios específicos no que toca a integração na família e, especificamente, na comunidade (por ex. na escola e noutras atividades)? Comparativamente, em que medida crianças/jovens de outras nacionalidades seriam igualmente bem recebidos?

Finalização

Há mais algum aspeto que gostaria de referir? Alguma sugestão que queria nos deixar, ou comentário que queira fazer antes de terminarmos a entrevista?

Foi muito enriquecedor ouvi-la e queria agradecer muito todo o tempo que dispensou e a grande contribuição que deu para este trabalho.

Anexo D - Questionário sobre o trabalho das profissionais e coordenadoras

Secção I. Características Sociodemográficas

1. Com qual género mais se identifica?

- Masculino _____
- Feminino _____
- Outro _____
- Prefiro não dizer _____

2. Data de Nascimento / Idade: _____

3. Estado civil:

- Solteiro(a) _____
- Casado(a)/União de facto _____
- Divorciado(a)/Separado(a) _____
- Viúvo(a) _____

4. Habilitações literárias:

- 1º ciclo ou 4º ano _____
- 2º ciclo ou 6º ano _____
- 3º ciclo ou 9º ano _____
- Licenciatura _____
- Mestrado _____
- Doutoramento _____

5. Caso tenha uma formação superior, indique em que área(s):

Secção II. Experiência profissional no contexto

6. Indique o número de anos de trabalho no contexto da proteção: _____

7. Posição atual que ocupa: _____

8. Nº de anos na atual posição profissional: _____

9. Breve síntese dos trabalhos que já desenvolveu na área da promoção e proteção:

10. Tem experiências não profissionais associadas ao domínio dos refugiados? (por ex. voluntariados, atividades informais)

Anexo E- Questionário de caracterização pessoal e familiar para famílias de acolhimento

Secção I. Características Sociodemográficas

1. Com qual género mais se identifica?

- Masculino _____
- Feminino _____
- Outro _____
- Prefiro não dizer _____

2. Data de Nascimento / Idade: _____

3. Estado civil:

- Solteiro(a) _____
- Casado(a)/União de facto _____
- Divorciado(a)/Separado(a) _____
- Viúvo(a) _____

4. Habilitações literárias – nº total de anos de estudo: _____

- 1º ciclo ou 4º ano _____
- 2º ciclo ou 6º ano _____
- 3º ciclo ou 9º ano _____
- Licenciatura _____
- Mestrado _____
- Doutoramento _____

5. Caso tenha uma formação superior, indique em que área(s):

6. Indique a sua situação ocupacional:

- Estudante. Curso? _____
- A trabalhar. Profissão? _____

- Desempregado/a _____
- Reformado/a _____

Secção II. Experiência familiar

7. Tem filhos biológicos?

Sim _____ Quantos? _____

Não _____

8. Tem filhos adotivos?

Sim _____ Quantos? _____

Não _____

9. Agregado familiar (pessoas em casa) aquando do acolhimento de crianças/jovens da Ucrânia) – indique o grau de parentesco, idade e ocupação:

10. Já haviam sido família de acolhimento antes?

Não _____

Sim _____

a. Quantas vezes? _____

b. De quantas crianças? _____

c. De qual nacionalidade?

d. Quanto tempo durou cada acolhimento?

11. Quantos jovens ucranianos acolheram? _____

a. Quanto tempo durou o acolhimento? _____

b. Quais eram as idades destes jovens? _____ e _____

12. Tem experiências não profissionais associadas ao domínio dos refugiados? (por ex. voluntariados, atividades informais)

13. Tem experiências não profissionais associadas ao contexto da promoção e proteção do direito das crianças? (por ex. voluntariados, atividades informais)

Secção III. Grau de satisfação.

Pedimos que leia atentamente as questões a seguir e responda da forma mais sincera possível. Não existem respostas certas, nem erradas. Todas as suas respostas são anónimas e confidenciais.

Considerando uma escala de 1 a 5 em que 1 = totalmente insatisfeito e 5 = totalmente satisfeito, responda as seguintes perguntas:

14. Qual é o seu grau de satisfação com a equipa de profissionais que vos acompanhou?

1 2 3 4 5

15. Qual é o seu grau de satisfação com a(s) crianças/jovens que acolheu?

1 2 3 4 5

16. Qual é o seu grau de satisfação com o tempo de duração do acolhimento?

1 2 3 4 5

17. Qual é o seu grau de satisfação no conjunto com todo o processo?

1 2 3 4 5

Anexo F - Consentimento informado destinado às coordenadoras

Consentimento informado destinado a coordenadoras das equipas que acompanharam as famílias de acolhimento de crianças/jovens ucranianos

Encontramo-nos a desenvolver um projeto de investigação científica que se insere no contexto da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, da autoria de Natália Azevedo de Almeida, sob orientação da Professora Doutora Margarida Rangel Henriques, em torno das experiências de acolhimento familiar de crianças/jovens desacompanhadas, chegadas como refugiadas de outros países. O estudo tem como principal objetivo compreender o processo de acolhimento familiar dos jovens que chegaram à Portugal desacompanhados, nomeadamente vindos da Ucrânia, a partir dos diferentes intervenientes implicados neste processo: profissionais, famílias e jovens. Trata-se de aprofundar o conhecimento científico nesta área da proteção da criança e procurar que estudo portugueses se juntem aos já existentes com o mesmo tipo de desenho de investigação noutros países, com vista a um contínuo desenvolvimento das práticas profissionais neste domínio, proporcionando à criança e jovem os melhores cuidados.

Neste sentido, pedimos a sua colaboração para participar numa entrevista semiestruturada acerca do modo como foram organizadas as práticas profissionais para dar resposta ao desafio do acolhimento familiar de crianças desacompanhadas vindas da Ucrânia, considerando a formação dos próprios profissionais, todo o processo de divulgação, seleção, formação e acompanhamento das famílias de acolhimento, das famílias de origem e do envolvimento das crianças, como processos de matching, recursos mobilizados para a sua integração no nosso país, bem como toda a restante informação e reflexões que for por vocês considerado relevante a este respeito. A sua experiência enquanto profissional que liderou e acompanhou estes processos de planeamento e de acolhimento, constituirá uma fonte insubstituível de saber neste estudo. A entrevista seria áudio-gravada, sendo o registo apenas analisado pela equipa de investigação e destruído após a conclusão do trabalho (num período previsto como máximo de 2 anos). A informação será confidencial e os dados totalmente anonimizados aquando do tratamento dos resultados, tal como abaixo também encontrará explicado.

Por favor, leia atentamente as seguintes informações, para melhor se posicionar relativamente à disponibilidade de conosco colaborar:

Aceito participar neste estudo, através do preenchimento de um breve questionário de caracterização pessoal e profissional, e através de uma entrevista que explora a minha experiência relativa ao processo de acolhimento familiar de jovens ucranianos refugiados desacompanhados. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao aceitar participar desta entrevista, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação científica na área do acolhimento familiar de jovens refugiados, não sendo, contudo, acordado qualquer contrapartida direta ou indireta pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e anónima, sendo que a minha identidade não será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este projeto científico, sendo os resultados do estudo devidamente anonimizados. Por fim, aceito que a entrevista seja gravada com o objetivo estrito de auxiliar a análise dos dados necessários ao estudo apresentado.

Para qualquer informação, poderá contactar a equipa de investigação:

Mestranda Natália Azevedo de Almeida: up201800689@fpce.up.pt (915 806 354)

Orientadora Margarida Rangel Henriques: mrangel@fpce.up.pt

Nome _____

Assinatura _____

Data ____/____/____

A Investigadora *Natália Almeida*

A Orientadora do Projeto *Margarida Rangel Henriques*

(Prof.^a Doutora Associada da FPCEUP)

Anexo G - Consentimento informado destinado às profissionais

Consentimento informado destinado a profissionais responsáveis pelo acompanhamento de famílias de acolhimento de crianças/jovens refugiados desacompanhadas

Encontramo-nos a desenvolver um projeto de investigação científica que se insere no contexto da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), da autoria de Natália Azevedo de Almeida, sob orientação da Professora Doutora Margarida Rangel Henriques, em torno das experiências de acolhimento familiar de crianças/jovens desacompanhadas, chegadas como refugiadas de outros países. O estudo tem como principal objetivo compreender o processo de acolhimento familiar dos jovens que chegaram à Portugal desacompanhados, nomeadamente vindos da Ucrânia, a partir dos diferentes intervenientes implicados neste processo: profissionais, famílias e jovens. Trata-se de aprofundar o conhecimento científico nesta área da proteção da criança, com vista a um contínuo desenvolvimento das práticas profissionais neste domínio, proporcionando à criança e jovem os melhores cuidados.

Neste sentido, pedimos a sua colaboração para participar numa entrevista semiestruturada acerca da sua experiência enquanto profissional que acompanhou famílias de acolhimento e crianças/jovens neste processo, assim como, outras funções que possa ter tido na avaliação, seleção e preparação das famílias e das crianças, a sua preparação pessoal e profissional para lidar com a situação e toda a restante informação e reflexões que considere relevantes a este respeito. A sua experiência profissional e pessoal de acompanhamento dos processos de planeamento e de acolhimento constituirá uma fonte insubstituível de saber neste estudo. A entrevista será áudio-gravada, sendo o registo apenas analisado pela equipa de investigação da Faculdade (com total autonomia em relação à sua instituição de trabalho) e destruído após a conclusão do trabalho (num período previsto como máximo de 2 anos). A informação será absolutamente confidencial, e os dados anonimizados aquando do tratamento dos resultados, os quais são considerados no seu conjunto e não individualmente, tal como abaixo também encontrará explicado.

Por favor, leia atentamente as seguintes informações, para melhor se posicionar relativamente à disponibilidade de conosco colaborar:

Aceito participar neste estudo, através do preenchimento de um breve questionário de caracterização pessoal e profissional, e através de uma entrevista que explora a minha experiência relativa ao processo de acolhimento familiar de jovens ucranianos refugiados desacompanhados. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao aceitar participar desta entrevista, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação científica na área do acolhimento familiar de jovens refugiados, não sendo, contudo, acordado qualquer contrapartida direta ou indireta pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo que a minha identidade não será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa de fora da equipa da FPCEUP e não relacionada diretamente com este projeto científico, sendo os resultados do estudo devidamente anonimizados. Por fim, aceito que a entrevista seja gravada com o objetivo estrito de auxiliar a análise dos dados necessários ao estudo apresentado.

Para qualquer informação, poderá contactar a equipa de investigação:

Mestranda Natália Almeida: up201800689@fpce.up.pt (915 806 354)

Orientadora Margarida Rangel Henriques: mrangel@fpce.up.pt

Nome _____

Assinatura _____

Data ____/____/____

A Investigadora *Natália Almeida*

A Orientadora do Projeto *Margarida Rangel Henriques*

(Prof.^a Doutora Associada da FPCEUP)

Anexo H- Consentimento informado destinado às famílias de acolhimento

Consentimento informado destinado às famílias de acolhimento de jovens ucranianos refugiados desacompanhados

Encontramo-nos a desenvolver um projeto de investigação científica que se insere no contexto da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), da autoria de Natália Azevedo de Almeida, sob orientação da Professora Doutora Margarida Rangel Henriques, em torno das experiências de acolhimento familiar de crianças/jovens desacompanhadas, chegadas como refugiadas de outros países. O estudo tem como principal objetivo compreender o processo de acolhimento familiar dos jovens que chegaram à Portugal desacompanhados, nomeadamente vindos da Ucrânia, a partir dos diferentes intervenientes implicados neste processo: profissionais, famílias e jovens. Trata-se de aprofundar o conhecimento científico nesta área da proteção da criança, com vista a um contínuo desenvolvimento das práticas profissionais neste domínio, proporcionando à criança e ao jovem os melhores cuidados.

Neste sentido, pedimos a sua colaboração para participar numa entrevista acerca da sua experiência enquanto familiar que acolheu estas crianças/jovens neste processo. Tratar-se-á de abordar os maiores desafios envolvidos neste percurso, os momentos mais marcantes, a sua opinião acerca dos processos de avaliação, seleção e preparação pelos quais passou para ser família de acolhimento de crianças vindas da Ucrânia, bem como toda a restante informação e reflexões que considere relevantes a este respeito. A sua experiência pessoal neste processo de acolhimento constituirá uma fonte insubstituível de saber para este estudo. A entrevista será áudio-gravada, sendo o registo apenas analisado pela equipa de investigação da Faculdade (com total autonomia em relação à sua instituição de trabalho) e destruído após a conclusão do trabalho (num período previsto como máximo de 2 anos). A informação será absolutamente confidencial, e os dados anonimizados aquando do tratamento dos resultados, os quais serão considerados no conjunto das famílias e não individualmente, tal como abaixo também encontrará explicado.

Por favor, leia atentamente as seguintes informações:

Aceito participar neste estudo, através do preenchimento de um breve questionário de caracterização pessoal e familiar, e através de uma entrevista que explora a minha experiência relativa ao processo de acolhimento familiar de crianças/jovens ucranianos refugiados desacompanhados. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir do mesmo a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao aceitar participar desta entrevista, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação científica na área do acolhimento familiar de jovens refugiados, não sendo, contudo, acordado qualquer contrapartida direta ou indireta pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo que a minha identidade não será revelada em qualquer relatório ou publicação e os dados serão devidamente anonimizados. Por fim, aceito que a entrevista seja gravada com o objetivo estrito de auxiliar a análise dos dados necessários ao estudo apresentado.

Para qualquer informação, poderá contactar a equipa de investigação, através dos seguintes contactos:

Natália Almeida: up201800689@fpce.up.pt / 915 806 354

Nome _____

Assinatura _____

Data ____/____/____

A Investigadora 

A Orientadora do Projeto 
(Prof.^a Doutora Associada da FPCEUP)